

Maria Luiza Cavalcanti Jardim

**O MANUAL PARA A ENTRADA DE DADOS DE MONOGRAFIAS NA BASE  
MINERVA: avaliação por catalogadores da UFRJ**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio,  
como requisito para a obtenção do título  
de Mestre em Avaliação

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucí Mary Araújo Hildenbrand

Rio de Janeiro  
2014

J37o

Jardim, Maria Luiza Cavalcanti.

O manual para entrada de dados de monografias na Base Minerva: avaliação por catalogadores da UFRJ / Maria Luiza Cavalcanti Jardim. - 2014.  
66 f.; 30 cm.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucí Mary Araújo Hildenbrand.  
Dissertação (Mestrado Profissional em Avaliação) -  
Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2014.  
Bibliografia: f. 57-62.

1. Catalogação – Manual – Avaliação. 2. Formato MARC – Manual – Avaliação. 3. Base Minerva – Avaliação. 4. Catalogadores - Avaliação. I. Hildenbrand, Lucí Mary Araújo. II. Título.

CDD 025.316

Ficha catalográfica elaborada por Anna Karla S. da Silva (CRB7/6298)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

---

Assinatura

---

Data

MARIA LUIZA CAVALCANTI JARDIM

**O MANUAL PARA A ENTRADA DE DADOS DE MONOGRAFIAS NA BASE  
MINERVA: avaliação por catalogadores da UFRJ**

Dissertação apresentada ao Programa de  
Pós-Graduação da Fundação Cesgranrio,  
como requisito para a obtenção do título  
de Mestre em Avaliação.

Aprovado em 16 de dezembro de 2014

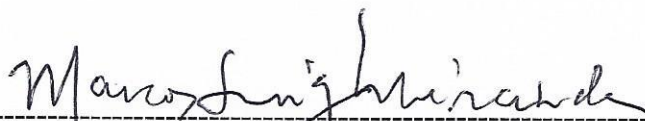
BANCA EXAMINADORA



Profª. Drª. LUCÍ MARY ARAÚJO HILDENBRAND  
Fundação Cesgranrio



Profª. Drª. LIGIA GOMES ELLIOT  
Fundação Cesgranrio



Prof. Dr. MARCOS LUIZ CAVALCANTI DE MIRANDA  
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dedico este trabalho à minha família, pelo amor, carinho e apoio incondicional em todos os momentos da minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucí Hildenbrand, minha orientadora, pela amizade, dedicação, generosidade, ensinamentos e competência acadêmica.

Agradeço a Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ligia Gomes Elliot, Coordenadora Geral do Mestrado Profissional em Avaliação, da Fundação Cesgranrio, pela participação na banca e pelas contribuições para aprimoramento deste estudo.

Agradeço ao Prof. Dr. Marcos Luiz Cavalcanti Miranda, pela participação na banca examinadora e pelas valiosas contribuições.

A todos os demais professores da Fundação Cesgranrio, pelos ensinamentos e incentivos à realização deste estudo.

Agradeço às Bibliotecárias Alessandra Hermógenes e Anna Karla S. da Silva, colegas de profissão, pela atenção aos meus pedidos.

Agradeço aos funcionários da Fundação Cesgranrio, em especial ao Valmir Marques de Paiva e à Nilma Gonçalves Cavalcante, pela atenção e colaboração às minhas solicitações.

Aos meus colegas de Curso, pelo carinho, amizade e bons momentos compartilhados.

Ao meu colega do Mestrado e da UFRJ Carlos Eduardo de Marins, pela parceria e companheirismo durante todo o curso.

A minha colega da UFRJ Márcia Malquias Braz pelo incentivo à realização desse Mestrado.

Ao meu marido Vitor e à minha filha Mariana, razões de orgulho e de viver, pelo apoio, incentivo e por acreditarem na minha capacidade de realizar essa empreitada.

E a todos que, de alguma forma, contribuíram para o sucesso deste estudo.

## RESUMO

O objetivo deste estudo foi avaliar a qualidade técnica do Manual para a Entrada de Dados de Monografias na Base Minerva, utilizado por bibliotecários catalogadores da Universidade Federal do Rio de Janeiro. O estudo foi conduzido a partir da abordagem centrada nos consumidores. Padrões das categorias de utilidade, adequação e precisão do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* foram consultados e adaptados de modo a subsidiar a construção do instrumento de avaliação. Com 19 itens, o instrumento teve validade técnica atribuída por especialista em Avaliação, e de conteúdo, por duas bibliotecárias da UFRJ. O instrumento foi enviado eletronicamente aos catalogadores, obtendo-se a devolução de 50. Os resultados da avaliação mostram o atendimento do Manual aos padrões de utilidade, que obteve o melhor desempenho, e de precisão, cujo atendimento foi o mais alto e equilibrado no estudo. Quanto aos padrões de adequação, apenas metade deles foi atendido. A avaliação mostra que o Manual, dadas as suas qualidades técnicas, cumpre a função de nortear as atividades de catalogação da Instituição. Recomenda, ainda, melhorias no tocante a diversidade da exemplificação e a abrangência das informações apresentadas, considerando-se as especificidades dos itens do acervo e a experiência profissional dos catalogadores.

Palavras-chave: Catalogação. Manuais. Avaliação centrada nos consumidores.

## ABSTRACT

The purpose of the present study is to evaluate the technical quality of the Handbook for the Insertion of Monograph Data into *Base Minerva* (*Manual para a Entrada de Dados de Monografias na Base Minerva*), used by librarians of the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) dedicated to cataloguing. The study was conducted from a consumer-based standpoint. Evaluation standards in the categories of utility, propriety and accuracy of the Joint Committee on Standards for Educational Evaluation were consulted and adapted in order to subsidize the creation of the evaluation tool. With 19 items, the tool has been technically validated by an evaluation expert and its content has been validated by two librarians from UFRJ. The tool has been sent by electronic means to cataloguers and 50 answers were received. The evaluation results evidence the compliance of the Handbook with utility standards, which had the best performance, and accuracy standards, whose compliance level were the highest and most balanced in the study. As to the adequacy standards, only half of them have been complied with. The evaluation evidences that the Handbook, given its technical qualities, plays the role of guiding the Institution cataloging activities. The study suggests improvements on the variety of examples and scope of information provided, considering the peculiarities of the items of each collection and the professional experience of cataloguers.

Keywords: Cataloguing. Handbooks. Consumer-based standpoint.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	Estrutura organizacional do SiBI.....	15
Figura 2	Folha de rosto do Manual .....	22
Figura 3	2º nível de descrição bibliográfica.....	23
Figura 4	Parte de quadro-base para a descrição de monografias.....	24
Figura 5	Exemplo de pontuação automática do ALEPH.....	24
Figura 6	Elementos constituintes do campo MARC 21.....	25
Figura 7	Campo fixo 008: informações gerais.....	27
Figura 8	Campo 245: campo variável.....	28
Figura 9	Campo 250: exemplo de campo com observações e notas.....	29
Quadro 1	Campos MARC 21 utilizados na Base Minerva.....	29
Quadro 2	Categorias e padrões do <i>Joint Committee</i> selecionados com descrição, padrões adaptados e descrição.....	36
Quadro 3	Relação entre padrões adaptados e itens da lista de verificação.....	38
Gráfico 1	Nível de julgamento atende.....	54



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Número de bibliotecas, bibliotecas participantes e respondentes, por centro acadêmico.....	42
Tabela 2	Julgamento em relação aos padrões de utilidade.....	44
Tabela 3	Julgamento em relação aos padrões de adequação.....	47
Tabela 4	Julgamento em relação aos padrões de precisão.....	51

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AACR	<i>Anglo-American Cataloging Rules</i>
AACR-2	<i>Anglo-American Cataloging Rules 2. edition</i>
ALEPH	<i>Automated Library Expandable Program</i>
CCJE	Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas
CCMN	Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CFCH	Centro de Filosofia e Ciências Humanas
CLA	Centro de Letras e Artes
CT	Centro de Tecnologia
FCC	Fórum de Ciência e Cultura
FUNEMAC	Fundação Educacional de Macaé
MARC	<i>Machine Readable Cataloging</i>
RDA	<i>Resource Description and Access</i>
SIBI	Sistema de Bibliotecas e Informação
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO E AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS.....</b>	<b>12</b>
1.1	AS BIBLIOTECAS DA UFRJ E O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO DOS SERVIÇOS.....	14
1.2	OBJETIVO E JUSTIFICATIVA.....	16
<b>2</b>	<b>O PAPEL DA CATALOGAÇÃO E DOS MANUAIS DE PROCEDIMENTOS.....</b>	<b>17</b>
2.1	A CATALOGAÇÃO E SEUS INSTRUMENTOS.....	17
2.2	O MANUAL PARA A ENTRADA DE DADOS DE MONOGRAFIAS NA BASE MINERVA .....	21
2.2.1	Introdução.....	22
2.2.2	Crerios gerais para a catalogação.....	22
2.2.3	Campos MARC para entrada de dados de monografias.....	25
2.2.4	Referências.....	30
2.2.5	Apêndices.....	30
<b>3</b>	<b>PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....</b>	<b>32</b>
3.1	ABORDAGEM AVALIATIVA.....	32
3.2	QUESTÃO AVALIATIVA.....	33
3.3	ESTUDO DOS PADRÕES DO <i>JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATIONAL EVALUATION</i> .....	33
3.4	CONSTRUÇÃO DA LISTA DE VERIFICAÇÃO.....	38
3.5	APLICAÇÃO DA LISTA DE VERIFICAÇÃO.....	41
3.6	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS.....	42
<b>4</b>	<b>RESULTADOS.....</b>	<b>44</b>
4.1	JULGAMENTO DO MANUAL QUANTO À UTILIDADE.....	44
4.2	JULGAMENTO DO MANUAL QUANTO À ADEQUAÇÃO.....	47
4.3	JULGAMENTO DO MANUAL QUANTO À PRECISÃO.....	51
4.4	RESUMO DO DESEMPENHO DOS ITENS QUANTO AO NÍVEL DE JULGAMENTO ATENDE.....	54
4.5	CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	55
4.5.1	Conclusões.....	55
4.5.2	Recomendações.....	55
	REFERÊNCIAS.....	57
	APÊNDICE A – Lista de verificação utilizada para coleta de dados	65

## 1 AS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E AS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS

Com o desenvolvimento das tecnologias da informação e comunicação (TIC), a partir das últimas décadas do século XX, houve uma grande mudança na gestão da informação, no tocante à oferta de produtos e serviços. Tal fato possibilitou novos meios de difusão, distribuição e recuperação da informação. O uso da tecnologia da informação, constituída por recursos tecnológicos e computacionais, permitiu às bibliotecas adotarem técnicas e processos automatizados, empregados no registro, tratamento, armazenamento, disseminação e recuperação da informação (MORIGI; PAVAN, 2004).

Tradicionalmente, as bibliotecas, que tinham o seu acervo composto por publicações impressas, com as novas tecnologias, passaram também a possuir materiais em diferentes suportes. Desta forma, puderam ser caracterizadas segundo seu estágio de desenvolvimento tecnológico: eletrônica, virtual e digital. A biblioteca eletrônica é aquela em que se observa a automação dos serviços de rotina – aquisição, catalogação, controle de periódicos, empréstimo e construção do catálogo *online*. A biblioteca virtual é formada por documentos eletrônicos, armazenados na *Web* e acessados em seus sítios *online*, por meio de redes. As bibliotecas digitais, por sua vez, são caracterizadas por coleções em formato digital e seu acesso efetiva-se por meio desta tecnologia (LACRUZ, 1998 apud FUJITA, 2005).

Com a revolução tecnológica, os bibliotecários, notadamente das bibliotecas universitárias, empenhados em apoiar o ensino e a pesquisa, ocuparam-se em promover o acesso amplo e igualitário à informação e ao conhecimento. As bibliotecas digitais têm propiciado o acesso aos conteúdos, provocando mudanças nos caminhos trilhados na busca informacional. Nesse contexto, inúmeros serviços e produtos inovadores foram criados em consonância à demanda do usuário da era da informação. A tecnologia digital alterou a forma de armazenamento e de transmissão do conhecimento registrado e, também, modificou a forma de busca e acesso. Além disto, possibilitou rapidez no acesso à informação, transferência da informação para qualquer lugar e uso concomitante de uma mesma publicação ou documento, dando maior dinamismo ao acesso à informação.

A automação das bibliotecas e, posteriormente, a criação das bibliotecas digitais nas instituições de ensino superior, verificadas nas primeiras décadas do século XXI, já eram previstas há uma década por Cunha (2000, p. 75): “em 2010,

quase a totalidade, se não a totalidade das bibliotecas universitárias, estará automatizada, e muitas serão totalmente digitais”. A tecnologia permitiu que as bibliotecas se conectassem em redes *online*, propiciando a implantação de serviços cooperativos, a disponibilização de seus próprios catálogos (*On-line Public Access Catalogs* – Catálogos em Linha de Acesso Público - *OPACs*), também acessíveis ao público, o acesso aos documentos, a automação dos serviços de circulação e do processamento técnico.

Portanto, as mudanças provocadas pela era digital foram grandes: passou-se do catálogo em fichas para as bases de dados, dos livros e periódicos impressos para os eletrônicos, da consulta presencial para a consulta via internet, da comunicação pessoal para a mediada por *e-mail*. Todas as mudanças, entretanto, não afetaram a função da biblioteca universitária, que mantém a sua importância para a geração do conhecimento, assegurada pela relevância de seus serviços.

O avanço e a incorporação das TIC, aliados aos investimentos em tecnologia, fizeram com que as unidades de informação passassem a agir como provedoras de informação eletrônica. Ao mudarem de paradigma, isto é, ao substituírem o paradigma da posse da informação pelo do acesso à informação, deixaram de ser somente guardiãs de documentos para ser disseminadoras da informação e do conhecimento (LANCASTER, 1994; SILVA; LOPES, 2011).

Os documentos em novos suportes – *CD-ROM*, *e-books*, periódicos eletrônicos – surgidos com o advento da internet e das as novas TIC, se revelaram como desafios para o serviço de processamento técnico das bibliotecas. Com o intuito de estimular os acessos e usos das tecnologias digitais, foi necessária a criação de novos padrões relativos à descrição bibliográfica. Por conseguinte, outros conhecimentos e habilidades, referentes ao tratamento, à recuperação e à disseminação da informação, passaram a ser exigidos dos bibliotecários.

A esse respeito, Cunha (2000) afirma que, tais suportes, dotados de estruturas informacionais bastante diversas das tradicionalmente encontradas em unidades de informação, provocaram a busca de meios alternativos para a descrição do registro e dos conteúdos. Sendo assim, visando atender às necessidades dos usuários, os catalogadores precisaram estar aptos para solucionar problemas, concernentes à descrição de documentos, bem como conhecer metodologias e ferramentas para o tratamento adequado da informação na nova era.

O atual cenário informacional tem exigido dos profissionais bibliotecários novas habilidades e competências no enfrentamento dos desafios relativos à produção, transferência e uso da informação em rede (MEDEIROS, 2006). A literatura especializada enfatiza a importância de se preservar a qualidade da representação descritiva e temática, pois caso seja pobre ou inadequada implicará na qualidade da busca igualmente deficiente (MAI, 2000 apud FUJITA, 2013; MEDEIROS; MEIRELLES; JEUNON, 2008). Desta forma, o conteúdo disseminado nas redes de informação depende de decisões individuais e coletivas, o que permite sua transformação em gestão da informação e do conhecimento.

### 1.1 AS BIBLIOTECAS DA UFRJ E O PROCESSO DE AUTOMAÇÃO DOS SERVIÇOS

As bibliotecas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) se situam no contexto da sociedade da informação e, como tal, acham-se preocupadas com a automação e modernização de seus serviços. A UFRJ dispõe de uma base bibliográfica – Base Minerva – que reúne “logicamente os acervos das bibliotecas, representando-os num grande catálogo coletivo virtual para consulta remota.” (SÁ; MELLO, 2004, p. [1]). Até dezembro de 2013, contava com 1.166.440 títulos catalogados, perfazendo um total de 3.242.534 itens registrados.

As bibliotecas estão distribuídas nos *campi* Praia Vermelha e Ilha do Fundão, possuindo também 10 unidades isoladas situadas em pontos distintos do Rio de Janeiro. Além disto, há outras localizadas nos *campi* de Xerém e Macaé, totalizando 43 bibliotecas.

Com a criação do Sistema de Bibliotecas e Informação (SiBI), as unidades de informação principiaram uma nova etapa; passaram a dispor de um órgão promotor de integração e coordenação. O SiBI tem como finalidade a coordenação de ações que visem integrar as bibliotecas à realidade educacional e administrativa da UFRJ, a partir da implementação de políticas de planejamento, fomento à pesquisa, gerenciamento de tecnologias e desenvolvimento de acervos e serviços de informação (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, [2013?]). Dentre as suas atribuições, destacam-se: o desenvolvimento das bibliotecas, a capacitação continuada dos bibliotecários, a atualização e a manutenção de acervos, a modernização e informatização das unidades de informação, a definição de políticas

de informação e o estabelecimento de padrões técnicos. A Figura 1 esquematiza a estrutura organizacional do SiBI.

Figura 1 – Estrutura organizacional do SiBI



Fonte: A autora (2014).

O processo de informatização das bibliotecas da UFRJ foi iniciado em 1968, por iniciativa da Biblioteca do Centro de Tecnologia, utilizando cartões perfurados, linguagem FORTRAN e emitindo listagens como produto. Em 1971, a partir da dissertação de mestrado de Szwarcfiter, defendida na Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação em Engenharia, foi desenvolvido um novo *software*, datando de 1972 a sua implantação (SOUZA FILHO, 1992).

Em função da modernização dos suportes de informação e comunicação, da adesão de outras bibliotecas ao sistema informatizado da UFRJ e da evolução da automação dos serviços, o *software* desenvolvido *in-house* já não atendia às necessidades da Instituição. Buscou-se obter um novo programa para proceder ao gerenciamento integrado dos serviços das unidades de informação.

Contando com a assessoria de analistas de sistemas, do Núcleo de Computação Eletrônica, o SiBI pode dar significativo apoio às bibliotecas na escolha do programa computacional que melhor se adaptasse ao desenvolvimento da informatização dos seus serviços. Após a avaliação de alguns sistemas em uso em bibliotecas brasileiras, a UFRJ decidiu pela aquisição do sistema integrado de bibliotecas ALEPH, em 1997. Em seguida, converteu a base de dados do antigo Sistema de Catalogação de Monografias para o novo *software*. Em 1999, o primeiro

módulo a ser disponibilizado para implantação de dados foi o Módulo de Catalogação, dando-se prioridade ao processamento técnico dos itens do acervo e a disponibilização das publicações aos usuários.

A padronização nos procedimentos e critérios empregados na representação descritiva dos documentos armazenados na base de dados bibliográficos reflete-se nos catálogos, registros bibliográficos, acessos e usos da informação. Desta feita, manuais de catalogação têm sido elaborados pelos serviços de processamento técnico de bibliotecas com o objetivo de se alcançar a padronização dos serviços, consolidando as políticas de tratamento técnico do acervo.

Com esse objetivo, um grupo de bibliotecários da UFRJ, coordenados pela Divisão de Processos Técnicos do SiBI, elaborou um manual de catalogação com o intuito de fazer valer uma política de tratamento técnico voltada para o aprimoramento do desempenho e da qualidade do trabalho dos bibliotecários catalogadores. Apesar do importante papel desse Manual, como ferramenta que orienta o processamento técnico nas bibliotecas da Instituição, não houve ainda qualquer procedimento que julgasse a sua qualidade.

## 1.2 OBJETIVO E JUSTIFICATIVA

Tendo em vista a inexistência de ações avaliativas anteriores, o objetivo do presente estudo é avaliar a qualidade técnica do Manual de Entrada de Dados de Monografias na Base Minerva, que serve à orientação da prática profissional de bibliotecários catalogadores da UFRJ.

Neste contexto, convém assinalar que manuais de catalogação representam instrumentos importantes para a orientação e padronização dos procedimentos adotados no desempenho das funções de processamento técnico dos itens do acervo de unidades de informação, quando fornecem diretrizes que propiciam uniformidade nas decisões para que o processamento técnico se faça com eficácia.

Deste modo, a opção por esta avaliação justifica-se porque importa conhecer o mérito do Manual junto aos catalogadores, como instrumento que orienta a prática do processamento técnico, padronizando-o e, ainda, identificar as fragilidades técnicas do conteúdo do Manual, tendo em vista o seu necessário aprimoramento.

A valorização destes pontos decorre do interesse institucional em tornar o Manual ferramenta eficaz do processamento técnico das bibliotecas da UFRJ.



## 2 O PAPEL DA CATALOGAÇÃO E DOS MANUAIS DE PROCEDIMENTOS

Para apresentar o objeto do presente estudo avaliativo, é necessário contextualizar conceitos básicos, instrumentos relacionados à catalogação e a importância dos manuais de procedimentos.

### 2.1 A CATALOGAÇÃO E SEUS INSTRUMENTOS

O serviço de processamento técnico é composto pelos serviços de catalogação e classificação; pressupõe a identificação, descrição, classificação e localização de cada documento informacional da biblioteca. Para tal, utilizam-se de normas, tabelas e códigos pré-estabelecidos internacionalmente (CRUZ; MENDES, 2000). A partir da descrição bibliográfica executada, o serviço assegura unidade no processamento do documento, tornando possível tanto a sua recuperação, por parte de usuários, quanto o intercâmbio dos dados bibliográficos entre instituições.

Para o desempenho das funções relacionadas ao processamento técnico dos itens do acervo, o bibliotecário utiliza-se de instrumentos e metodologias que o orientam no desenvolvimento das tarefas. Segundo Dias (1999, p. 1), “nesse contexto, insere-se a catalogação, que a cada dia deixa de ser um ato isolado, para tornar-se elemento de compartilhamento de informação entre uma mesma instituição ou entre outras nacionais ou internacionais”.

Visando a padronização da representação dos recursos informacionais, tendo em vista a sua pronta recuperação e compartilhamento, estabeleceram-se regras de descrição relativas à forma e ao conteúdo.

Em 1967, foi publicada, em língua inglesa, a primeira edição do Código de Catalogação Anglo-Americano (AACR), cuja revisão permanente decorreu de acordo firmado, no ano anterior, entre a *American Library Association* (Associação Americana de Bibliotecas) e a *British Library Association* (Associação Britânica de Bibliotecas). A segunda edição do AACR foi disponibilizada em 1978. Com o advento da internet e a evolução dos recursos eletrônicos, alguns capítulos desse código foram revisados, gerando a versão editada em 2002. No meio biblioteconômico, as duas edições foram denominadas pela sigla AACR2. Os países

engajados na autoria das AACRs foram Estados Unidos, Grã-Bretanha e Canadá. A Austrália juntou-se ao grupo no início da década de 1980<sup>1</sup>.

As AACR2 foram traduzidas para 25 idiomas, evidenciando a sua larga adoção mundial, em favor da “coerência no registro de dados bibliográficos, o que ensejou maior cooperação entre as agências e instituições catalográficas graças ao compartilhamento eficaz dos registros<sup>2</sup>”.

Com o propósito de atender à descrição dos diversos recursos informacionais disponíveis, frente a um único padrão, foi publicado, em 2010, um novo código em substituição às AACRs, denominado RDA - *Resource Description and Access* (Descrição e Acesso de Recursos), que também foi projetado para o ambiente virtual. O novo código segue em implantação em algumas bibliotecas nos Estados Unidos e Canadá; no Brasil, permanece em uso a edição do AACR2, de 2002<sup>3</sup>.

A catalogação tem por objetivo a descrição bibliográfica de um item, de modo a torná-lo único, segundo regras e padrões internacionais. Neste sentido, o AACR2 torna-se fundamental porque define “padrões que possibilitem uma interpretação uniforme e universal, em qualquer idioma e em qualquer unidade de informação, por catalogadores e usuários nos mais diversos ambientes informacionais.” (SANTOS; CORRÊA, 2009, p. 19).

Para permitir o intercâmbio dos registros bibliográficos informatizados, a Biblioteca do Congresso Americano desenvolveu, em 1966, o formato MARC - *Machine Readable Cataloging* (Catalogação Legível por Computador), padronizando, em nível internacional, a representação descritiva automatizada dos itens dos acervos bibliográficos (FERREIRA, 2000).

A fim de atender suas necessidades particulares, muitos países, baseando-se no MARC, desenvolveram formatos próprios, que resultaram em incompatibilidades entre sistemas de bibliotecas. Buscando a maior integração entre as variantes do formato, os Estados Unidos, Canadá e, posteriormente, Reino Unido resolveram harmonizá-las, dando origem ao MARC 21 - alusão ao MARC para o século XXI (MODESTO, 2007a). O formato MARC 21 pode ser definido como “um conjunto de padrões desenvolvidos com a finalidade de representar e comunicar, de forma legível por máquina, metadados descritivos sobre itens de informação –

---

<sup>1</sup> OLIVIER, Chris. *Introdução à RDA: um guia básico*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/livros, 2011.

<sup>2</sup> Ibid, p. 47.

<sup>3</sup> Ibid.

particularmente, mas não somente, [...] bibliográficos.” (CHAN, 2007 apud ALVES; SANTOS, 2013, p. 83).

Os metadados são o conjunto de elementos de uma descrição bibliográfica, como, por exemplo, autor, título, assunto. Descrevem as informações contidas em um recurso bibliográfico, tendo em vista sua busca e recuperação (GRÁCIO, 2002).

O uso de metadados para a descrição de recursos bibliográficos, ou não, permite a sua compreensão por diferentes programas, assegurando duas vantagens: a interoperabilidade entre sistemas e o compartilhamento de dados. A primeira caracteriza-se pela “capacidade de bases de dados trocarem e compartilharem documentos, consultas e serviços, usando diferentes plataformas de *hardware* e *software*, estrutura de dados e interfaces.” (ALVES; SOUZA, 2007, p. [2]). A segunda evidencia-se por meio da consistência dos dados, alcançada pelo uso de padrões, dos quais o MARC 21 é um deles.

O MARC 21 possibilita que diferentes computadores e programas possam reconhecer, processar e estabelecer pontos de acesso dos elementos que compõem a descrição bibliográfica. Constitui-se em padrão para representação formal, dotado de alto nível de detalhamento para o domínio bibliográfico. Segundo Alves e Santos (2013), o princípio que norteou o desenvolvimento deste formato foi a necessidade de se contar com uma estrutura descritiva padronizada que, sendo aceita internacionalmente, favorecesse a criação e o intercâmbio dos registros bibliográficos. A adoção de um formato de intercâmbio, como, por exemplo, o MARC 21, é condição *sine qua non* para que se possa proceder à catalogação cooperativa, que só se efetiva mediante a padronização no uso dos campos do formato.

A catalogação cooperativa consiste no trabalho de catalogação, realizado em conjunto por várias bibliotecas. Objetiva a expansão do acesso a registros bibliográficos processados por catalogação de qualidade, rápida e de baixo custo, alinhada a regras e padrões internacionais. O princípio que lhe é subjacente preconiza que um livro seja catalogado uma única vez e que essa catalogação sirva a todas as bibliotecas interessadas, envolvendo economia de recursos humanos e financeiros (CAMPELLO, 2006).

Sabe-se que o compartilhamento dos registros bibliográficos é uma das vantagens da catalogação cooperativa. Por conta desse benefício, algumas instituições, como a Biblioteca do Congresso Americano e a Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, permitem a consulta e/ou a importação de suas catalogações.

Devido à diversidade do material bibliográfico a ser catalogado, as instituições frente as suas particularidades e regras internacionais, adotam padrões de catalogação que as atendam. Em 2007, a Divisão de Processos Técnicos do SiBI convocou o Comitê de Padronização da Base Minerva, para detalhar e rever todos os processos referentes à entrada de dados, tendo em vista garantir padrões de qualidade e confiabilidade dos registros. Inicialmente, os principais produtos elaborados pelo Comitê e organizados pela autora do estudo foram dois manuais de procedimento para orientação dos serviços dos bibliotecários de processamento técnico do acervo: um deles direcionado às monografias e o outro, aos periódicos. Ambas as publicações encontram-se disponibilizadas no portal do SiBI, desde 2008.

Em termos gerais, um manual de procedimento, também denominado manual de serviço ou administrativo, é um “documento que contém as políticas, os regulamentos e os procedimentos utilizados em uma organização.” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 237). Tem por fim registrar e documentar as rotinas e atividades de um setor e, desta forma, garantir que qualquer membro da equipe possa executar as tarefas com qualidade, obtendo-se a uniformização da prática profissional. Nesse sentido,

A elaboração de manuais é benéfica para os resultados e para a otimização das tarefas. As tecnologias de comunicação e informação utilizadas em quase todas as atividades evidenciam a necessidade de formalização dos registros, uma vez que mecanismos eletrônicos exigem um alto nível de padronização, que permite maximizar resultados e minimizar erros. (WALTER; EIRÃO; REIS, 2010, p. 24).

Outras vantagens decorrentes do uso de manuais de procedimento em organizações são: ajudam a fixar critérios e padrões; uniformizam a terminologia técnica; possibilitam adequação, coerência e continuidade na adoção de normas e procedimentos; permitem a construção de conhecimentos e habilidades necessárias ao exercício da função profissional; representam um instrumento efetivo de consulta, orientação e treinamento na empresa; constituem restrição à improvisação. Por outro lado, se não forem utilizados efetiva e adequadamente, perdem seu valor (OLIVEIRA, 2002 apud ARCIE, 2011).

Apesar de os sistemas para a informatização dos dados catalográficos possuírem comandos com a função de impedir inconsistências na entrada de dados, constata-se que aceitam incompatibilidades às regras estabelecidas. Por

consequente, permitem que se façam catalogações em desacordo com os procedimentos pré-definidos, comprometendo, entre outras, a portabilidade das informações entre diferentes organizações (WALTER; EIRÃO; REIS, 2010).

A atividade de catalogação demanda atualização e treinamento constantes, que, em parte, se desenvolvem no próprio ambiente de trabalho, permitindo ao catalogador colocar em prática as formas de organizar a informação em consonância aos objetivos institucionais (BAPTISTA, 2006). É esta atividade que proporciona a devida descrição dos itens do acervo, o que permite que sejam recuperados e localizados pelos usuários. Corroborando esse pensamento, Baptista (2007, p. 3) afirma que “a descrição bibliográfica como um todo, pode fazer toda a diferença em termos do acesso à informação e dos serviços prestados [...]”.

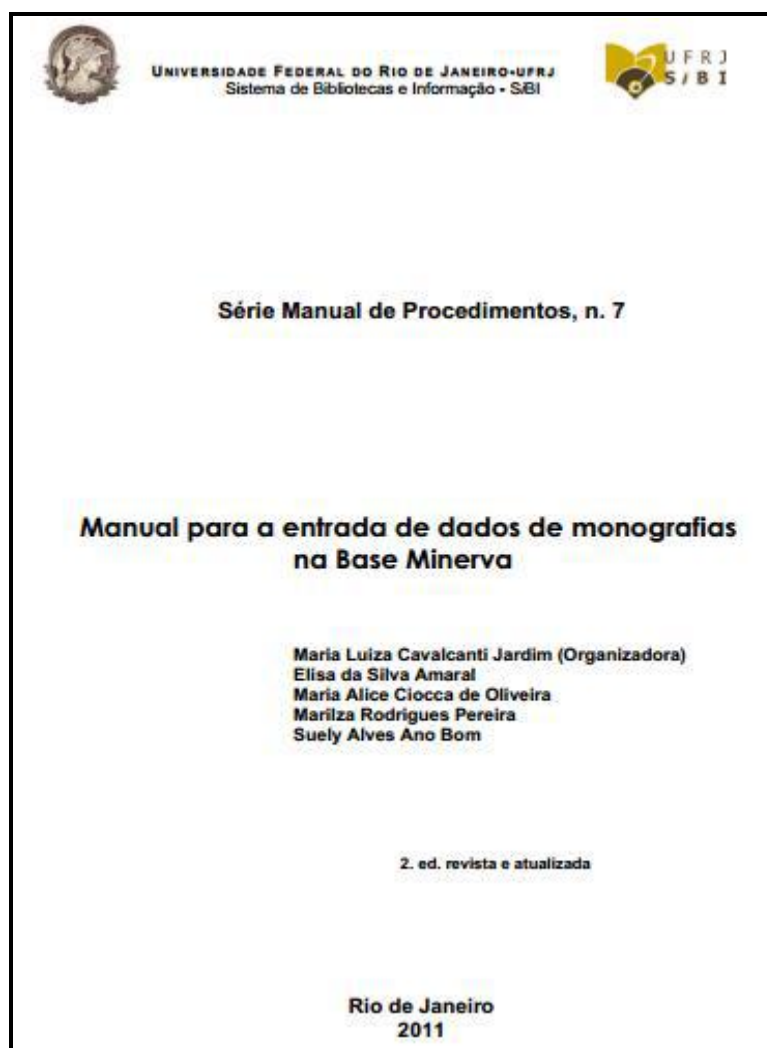
Nas bibliotecas da UFRJ, a prática profissional tem demonstrado que não basta apenas a adoção de manuais de procedimento, pois nem sempre solucionam as dúvidas surgidas no desenvolvimento das tarefas ou garantem alcance da padronização desejada. Visando superar estas recorrentes dificuldades, a Divisão de Processos Técnicos do SiBI tem promovido treinamentos focados na capacitação dos bibliotecários catalogadores, de modo a alcançar a padronização das rotinas e procedimentos, a partir do uso de manuais.

## 2.2 O MANUAL PARA A ENTRADA DE DADOS DE MONOGRAFIAS NA BASE MINERVA

O Manual para a Entrada de Dados de Monografias na Base Minerva está organizado em cinco partes, a saber: Introdução, Critérios Gerais para a Catalogação, Campos MARC para Entrada de Dados de Monografias, Referências e Apêndices.

O Manual pertence à Série Manual de Procedimentos e está em sua 2ª edição, revista e atualizada, em 2011. Encontra-se disponibilizado na seção Área Técnica no Portal do SiBI/UFRJ. A Figura 2 reproduz a folha de rosto desta publicação.

Figura 2 – Folha de rosto do Manual



Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2011).

### 2.2.1 Introdução

Desta parte do Manual constam as introduções redigidas desde a sua 1ª edição. Nelas apresentam-se as razões da construção do Manual, o seu objetivo, as principais alterações introduzidas na revisão e, ainda, informações gerais sobre o *software* ALEPH.

### 2.2.2 Critérios gerais para a catalogação

A 2ª parte do Manual apresenta o conjunto de Critérios Gerais para a Catalogação. Inclui regras e normas, fontes para pesquisa de entradas de autoridade, nível da descrição bibliográfica, fontes principais de informação, por área da catalogação para monografias, e pontuação automática gerada pelo ALEPH. Este conjunto de critérios é apresentado em seguida.

### ➤ Regras e Normas

No tocante às regras e normas, o Manual determina que o código de catalogação adotado seja o da 2ª edição do AACR2 e o formato de intercâmbio, o MARC 21.

### ➤ Fontes para Pesquisa de Entradas de Autoridade

As fontes de pesquisa para entrada de autoridades, isto é, nomes pessoais, entidades coletivas e nomes geográficos, estão indicadas no Manual com vistas à padronização e à orientação da prática profissional. Com isto, favorecem a escolha da forma a ser adotada na entrada dos dados. Dentre as fontes de pesquisa, constam a Biblioteca Nacional, a *Library of Congress* (Biblioteca do Congresso Americano) e bibliotecas nacionais para autores ou entidades coletivas estrangeiras. As orientações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística estabelecem as diretrizes para a entrada dos nomes geográficos.

### ➤ Nível da Descrição Bibliográfica

A Regra 1.0D, do AACR2, prescreve três níveis para a descrição bibliográfica. No caso particular da UFRJ, adotou-se o 2º nível porque é adequado aos objetivos das bibliotecas universitárias. Os elementos que o integram encontram-se discriminados na Figura 3.

Figura 3 – 2º nível de descrição bibliográfica

Título principal [designação geral de material] = Título equivalente : outras informações sobre o título / primeira indicação de responsabilidade ; cada uma das indicações subsequente de responsabilidade. – Indicação de edição / primeira indicação de responsabilidade relativa à edição. – Detalhes específicos de material (ou do tipo de publicação). – Primeiro lugar de publicação etc., data de publicação. – Extensão do item : outros detalhes específicos : dimensões. – (Título principal da série / indicação de responsabilidade relativa à série, ISSN da série ; numeração dentro da série. Título da subsérie, ISSN da subsérie ; numeração dentro da subsérie). – Nota(s). Número normalizado.

Fonte: CÓDIGO (2004).

Nenhum dos elementos indicados na Figura 3 pode ser desconsiderado pelo catalogador nas bibliotecas da UFRJ, uma vez que são mínimos para que a descrição atenda ao AACR2.

### ➤ Fontes Principais de Informação por Área da Catalogação para Monografias

Segundo o AACR2, em catalogação, denomina-se fonte principal de informação a parte ou o local da publicação que fornece os dados ou as informações

necessárias à descrição bibliográfica. No caso, pode ser a página de rosto, toda a publicação, a página inicial. A Figura 4 destaca parte do quadro-base do Manual que orienta a descrição de monografias.

Figura 4 – Parte do quadro-base para a descrição de monografias

Áreas	Elementos	Fontes Principais de Informação
Cada seção da descrição, compreendendo dados de uma categoria particular ou de um conjunto de categorias	Palavra, frase ou grupo de caracteres representando uma unidade distinta de informação, fazendo parte de uma área	Fonte de dados que tem prioridade no preparo de uma descrição, ou parte dela
1. Área do título e da indicação de responsabilidade	1. Título principal 2. Título equivalente 3. Outras informações sobre o título 4. Indicação de responsabilidade	Página de rosto

Fonte: RIBEIRO (2009).

De autoria de Ribeiro (2009), o referido quadro-base contempla ainda as áreas de edição, publicação, distribuição etc., descrição física, série, notas, número normalizado (ISBN) e modalidades de aquisição.

➤ Pontuação Automática Gerada pelo ALEPH

O ALEPH, *software* desenvolvido especificamente para o gerenciamento de bibliotecas e de unidades de informação, separa automaticamente as informações catalográficas de uma ou mais áreas, por meio de sinais gráficos, como: barra, dois pontos, ponto e vírgula, parênteses. Essa pontuação está prescrita na Regra 1.0C do AACR2. A Figura 5 ilustra parte do quadro que, no Manual, relaciona o campo MARC 21 ao respectivo sinal gráfico, além de apresentar outras informações.

Figura 5 – Exemplo de pontuação automática do ALEPH

Campo	Sinal	Função	Visualização	Observação
245	/	Barra de autoria	Aparece na planilha depois de salva e em todos os formatos na Minerva	—
245	:	Separa subtítulo	Aparece na planilha depois de salva e em todos os formatos na Minerva	—

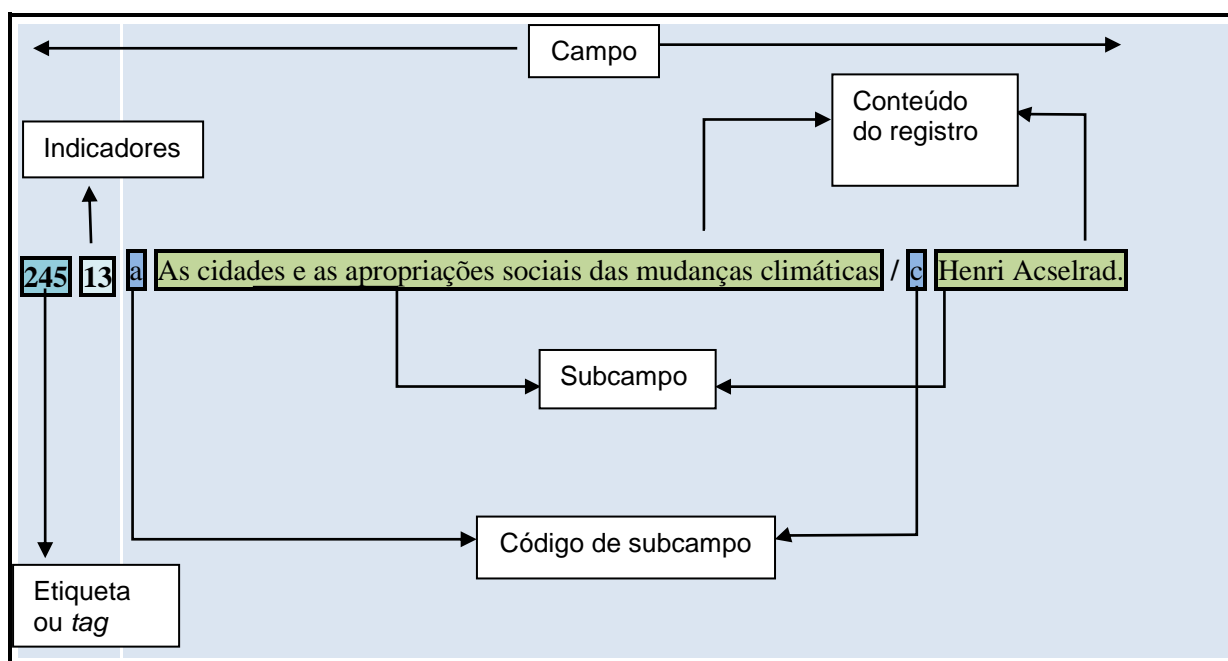
Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2011, p. 10).



### 2.2.3 Campos MARC para entrada de dados de monografias

A terceira parte do Manual refere-se aos campos MARC 21, que atualmente são utilizados no processamento técnico da UFRJ. A Figura 6 representa os elementos que integram um campo MARC 21.

Figura 6 – Elementos constituintes do Campo MARC 21



Fonte: A autora (2014).

Os elementos que integram a estrutura do campo MARC 21, apresentados por meio da Figura 6, são definidos com base em Alves e Santos (2013):

- Campo – corresponde às unidades lógicas que designam um tipo de informação bibliográfica.
- Etiqueta ou *tag* – é formada por números de três dígitos e identifica o campo e a informação a ser representada.
- Indicadores – são constituídos pelas duas primeiras posições, após a etiqueta. Têm a função de definir, com maior detalhe, os dados descritos no campo. Cada uma das posições do indicador representa um valor a ser processado pela máquina.
- Subcampos – correspondem a subdivisões dos campos variáveis, que especificam a informação a ser representada.

- Códigos de subcampo – são representados por letras minúsculas antecedidas de um delimitador (símbolo), que, no ALEPH, é o caractere \$ (dólar). Cada letra utilizada relaciona-se a uma informação diferente a ser descrita.

- Conteúdo do registro – é composto por informações geralmente definidas por padrões externos, como o AACR2, as listas de cabeçalhos de assunto ou outros códigos usados pela instituição catalogadora. Os conteúdos dos campos Líder, 006, 007 e 008, que são definidos pelo próprio MARC 21, constituem exceção.

Os campos MARC 21 classificam-se em campos de controle variável, também denominados fixos, e campos de dados variáveis, comumente referidos como variáveis<sup>4</sup>.

Os campos de controle variável são campos de extensão fixa: não possuem indicadores ou subcampos e não podem ser repetitivos; seu preenchimento é feito por códigos: 001 (número de controle), 003 (identificador de número de controle), 005 (data e hora da última atualização do registro), 006 (campo fixo – material adicional), 007 (campo fixo de descrição física) e 008 (campos fixos – informações gerais)<sup>5</sup>.

Alguns campos desse tipo são preenchidos automaticamente pelo ALEPH; outros, como é o caso dos campos 006, 007 e 008, pelo catalogador. Os códigos atribuídos aos campos são selecionados a partir de tabelas ou formas sucintas padronizadas, possibilitando ao *software* proceder a busca da informação na base de dados (BYRNE, 2001 apud OKADA; ORTEGA, 2009). A Figura 7 exemplifica um campo fixo.

Os campos Líder e Diretório também são campos fixos que, como os demais, fornecem informações codificadas para o *software*. O Líder estabelece as diretrizes para o processamento do registro, por meio de números ou valores codificados. É o primeiro campo a ser preenchido e parte de suas informações são fornecidas automaticamente. O Diretório é preenchido também pelo *software* e, por conseguinte, não consta do Manual. Contém informações sobre uma série de entradas, dentre elas: etiqueta ou *tag* do campo, posição inicial e tamanho de cada campo variável do registro bibliográfico.

---

<sup>4</sup> MARC 21: formato condensado para dados bibliográficos. Marília: UNESP, 2000. 2 v. (Tradução e adaptação de MARC 21: concise format for bibliographic data, Network Development and MARC Standards Office. USA: Library of Congress, por Margarida M. Ferreira).

<sup>5</sup> Ibid.

Figura 7 – Campo fixo 008: informações gerais

<p><b>008 CAMPOS FIXOS – INFORMAÇÕES GERAIS (NR)</b></p> <p>Preencher somente os campos obrigatórios. Outros campos podem ser utilizados se fornecerem informação <b>relevante</b> para a biblioteca.</p> <p>As posições 00-17 e 35-39 são comuns a todos os tipos de materiais. Entretanto as posições 18-34 variam de acordo com os aspectos específicos de cada tipo de material. Para cada tipo de material selecionado no <u>Formato</u> do registro, o Aleph disponibiliza automaticamente a planilha para o campo 008 correspondente.</p> <p><b>06 – Tipo de data</b>  <u>s</u> Data conhecida / data provável  <u>m</u> Data múltipla  <u>r</u> Data de reimpressão/reedição</p> <p>OBS: No caso de datas incompletas para preenchimento do campo 06, completar os dígitos desconhecidos com a letra <b>u</b> (Ex.: 200u, 19uu, etc.).</p> <p><b>07-10</b> - Data 1/Data inicial de publicação  <b>11-14</b> - Data 2/Data final de publicação  <b>15-17</b> – Lugar de publicação (<u>Preencher com o código do local de publicação de acordo com a Lista de Países do MARC no site:</u>  <u><a href="http://www.loc.gov/marc/countries/cou_home.html">http://www.loc.gov/marc/countries/cou_home.html</a></u>)  <b>xx – sem local</b></p> <p><b>18-21</b> – Ilustrações  <b>Em branco</b> Sem ilustração  <u>a</u> Ilustrações</p> <p><b>23 – Forma do item</b>  <u>a</u> Microfilme  <u>b</u> Microficha  <u>c</u> Microficha opaca  <u>d</u> Impressão ampliada  <u>f</u> Braille  <u>r</u> Impressão regular  <u>s</u> Eletrônico</p>
--

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2011, p. 12).

Os campos de dados variáveis armazenam informações não estruturadas de tamanho variável. Destinam-se à inserção de informações que descrevem o próprio conteúdo do registro bibliográfico, como: autor, título, edição, assunto.

A Figura 8 ilustra esse tipo de campo.

Figura 8 – Campo 245: campo variável

<p><b>245 TÍTULO (NR)</b></p> <p>Contém o título e a área de indicação de responsabilidade de um registro bibliográfico. Transcrever o título principal tal como aparece na publicação.</p> <p><b>Indicador 1</b></p> <p><b>0</b> Entrada principal pelo título (registro <b>não</b> tem campo 1XX)</p> <p><b>1</b> Gera entrada secundária para o título (registro tem campo 1XX)</p> <p><b>Indicador 2</b></p> <p><b>0-9</b> Caracteres a desprezar na alfabetação (<b>Obrigatório, não deixar em branco</b>)</p> <p><b>Subcampos</b></p> <p><b>a</b> Título (NR)</p> <p><b>b</b> subtítulo (NR)</p> <p><b>c</b> responsabilidade. <b>ponto</b> (NR)</p> <p>Observação: O Aleph já coloca os dois pontos após o título, a barra após o subtítulo e o travessão após o ponto. Portanto não incluir essas pontuações.</p> <p>Ex. <b>Título</b></p> <p>245 10 <b>a</b> Ensaios de sociologia</p> <p><b>c</b> Max Weber.</p>
--

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2011, p. 21-22).

Como mostra a Figura 8, os campos variáveis possuem indicadores e subcampos, que são discriminados e têm seu uso exemplificado. No Manual, estes campos são organizados em ordem numérica crescente ou de preenchimento. Neles, a informação se inicia pelo número da etiqueta (245), seguida de sua denominação (Título) e da informação, que indica, entre parênteses, se o atributo é repetitivo (R) ou não repetitivo (NR). Na sequência há descrição sobre a aplicabilidade do campo e indicação da forma pela qual os dados devem ser descritos.

Visando a correta utilização das regras do AACR2, associadas ao MARC 21, o Manual expõe, na forma de observações e notas, exemplos e instruções quanto ao seu uso.

A Figura 9 retrata um campo que exhibe observações e notas.

Figura 9 – Campo 250: exemplo de campo com observações e notas

<b>OBSERVAÇÕES:</b>	
1. Transcreva a indicação da edição da maneira encontrada no documento. Faça as abreviaturas de acordo com o Apêndice B e os numerais de acordo com o Apêndice C.	
2. Esse campo deve finalizar com <u>ponto</u> .	
3. Se a indicação de primeira edição constar da publicação, essa deverá ser transcrita.	
4. <b>Reimpressões</b> – Segundo o AACR2: “Não registre indicações relativas a reimpressões de uma edição sem modificações, a não ser que o item seja considerado de especial importância para a agência catalogadora” (AACR2 1.2D3). Enquadram-se como de especial importância, por exemplo, as edições especiais e comemorativas. Portanto ao catalogar uma reimpressão deve-se incluir na área de publicação, no subcampo data (260c), a data relativa à edição inicial.	
Ex: 8ª edição 1994 14ª reimpressão 2009	
250 __ a 8. ed. 260 __ c 1994	
<u>Opcionalmente</u> , poderá ser incluída no campo 590, nota relativa à data da reimpressão do exemplar da biblioteca.	
Ex: 590 __ a A Biblioteca IPPUR possui a reimpressão de 2009.	

Fonte: UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO (2011, p. 28).

O Quadro 1, apresentado em seguida, mostra os campos MARC 21 que constam do Manual e que estão em uso na UFRJ. Outros campos são passíveis de inclusão, desde que solicitada.

Quadro 1 – Campos MARC 21 utilizados na Base Minerva

Código	Campo MARC	Código	Campo MARC
FMT	Formato	501	Nota iniciada por “com”
LDR	Líder	502	Nota de dissertação ou tese
003	Identificador do número de controle - UFRJ	504	Nota de bibliografia
008	Campos fixos	505	Nota de conteúdo
020	ISBN	520	Nota de resumo
040	Fonte da catalogação	530	Nota de disponibilidade de forma física adicional

(Continuação)

(Conclusão)

Código	Campo MARC	Código	Campo MARC
041	Língua	586	Nota de premiação
043	Área geográfica	590	Notas locais
045	Período cronológico	600	Assunto – Nome pessoal
100	Entrada principal – Nome pessoal	610	Assunto – Nome corporativo
110	Entrada principal – Nome corporativo	611	Assunto – Nome de evento
111	Entrada principal – Nome de evento	630	Assunto – Título uniforme
130	Entrada principal – Título uniforme	650	Assunto tópico
240	Título uniforme	651	Assunto – Nome geográfico
245	Título	700	Entrada secundária – Nome pessoal
246	Forma variante de título	710	Entrada secundária – Nome corporativo
250	Edição	711	Entrada secundária – Nome de evento
260	Publicação, distribuição etc - Imprensa	730	Entrada secundária – Título uniforme
300	Descrição física	740	Entrada secundária – Título adicional/Título analítico
490	Informação de série	830	Entrada secundária de série
500	Notas gerais	856	Localização e acesso eletrônico

Fonte: A autora (2014).

## 2.2.4 Referências

Na quarta parte do Manual, encontram-se listadas as publicações consultadas para a sua elaboração. Estas publicações constituem-se em fonte de pesquisa para os catalogadores, esclarecendo possíveis dúvidas.

## 2.2.5 Apêndices

Na quinta parte do Manual, localizam-se os apêndices, que contém instruções mais detalhadas para a catalogação de recursos bibliográficos específicos, a saber: o Apêndice A inclui as catalogações analíticas, isto é, catalogações de artigos de periódicos, de trabalhos apresentados em eventos e capítulos de livros. O Apêndice B, a catalogação de teses e dissertações, e o Apêndice C, de eventos. Em relação ao Apêndice D, que diz respeito à inclusão de monografias, no Módulo Itens do ALEPH, encontram-se instruções para cadastramento dos exemplares físicos das

bibliotecas. Neste módulo são registradas informações sobre cada exemplar da biblioteca, por exemplo: número do código de barras, código da biblioteca possuidora do exemplar, localização ou número de chamada, prazo de empréstimo, número e data de registro.

Cada um destes apêndices apresenta-se em modelo de planilha, onde estão definidos os campos que devem ser usados, acompanhados de exemplos retirados da Base Minerva.

No preenchimento de campos MARC 21, para os quais se faz necessário a consulta a tabelas auxiliares do formato, como, por exemplo, as de Línguas, de Área Geográfica e de Países, o Manual informa o *hyperlink* do MARC 21 viabilizando o atendimento às necessidades do profissional, devido à constante atualização das mesmas.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A estrutura do presente capítulo consta das seguintes seções: abordagem avaliativa, questão avaliativa, estudo dos padrões do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*, construção, validação e aplicação do instrumento e análise e interpretação dos dados.

#### 3.1 ABORDAGEM AVALIATIVA

No campo da Avaliação, o conceito de consumidor é um conceito central. Entende-se por consumidor aquele que faz uso de determinado produto, programa ou serviço, tendo em vista satisfazer as próprias necessidades. O sentido denotativo da palavra destinatário dimensiona a acepção que é atribuída à palavra consumidor, no campo da Avaliação: “aquele a quem se destina ou remete alguma coisa.” (FERREIRA, 2000, p. 663). Desta forma, a abordagem centrada nos consumidores caracteriza-se por conduzir o processo avaliativo a partir da perspectiva do público a quem importa conhecer suas opiniões e julgamentos. De acordo com Chianca (2001, p. 22),

Os dois principais benefícios dessa abordagem [...] são: 1º possibilitar o acesso amplo a informações importantes que ajudam no momento de tomar decisão sobre a adoção ou não de produtos, incluindo assim pessoas/organizações que não teriam tempo ou recursos para acessar este tipo de informação; 2º aumentar [...] os conhecimentos sobre os critérios mais apropriados no momento de selecionar serviços/produtos de seu interesse.

As vantagens destacadas pelos autores dão ênfase ao caráter predominantemente somativo da abordagem. Por meio dela, os responsáveis pela tomada de decisão e os consumidores potenciais têm acesso a informações que dizem respeito ao valor ou mérito do programa (WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004).

A estreita relação que existe entre as avaliações somativa e formativa (SCRIVEN, 1967 apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004) também permite ao avaliador converter os resultados obtidos na primeira delas em favor da segunda, servindo ao aperfeiçoamento do objeto avaliado.



### 3.2 QUESTÃO AVALIATIVA

Em consonância ao objetivo do estudo, foi estabelecida a seguinte questão avaliativa: Em que medida o Manual para a Entrada de Dados de Monografias na Base Minerva atende a padrões de utilidade, adequação e precisão?

### 3.3 ESTUDO DOS PADRÕES DO *JOINT COMMITTEE ON STANDARDS FOR EDUCATION EVALUATION*

Padrões são diretrizes ou princípios de natureza técnica e/ou ética que, estabelecidos por consenso, têm a finalidade de garantir às avaliações o maior grau de qualidade possível. Os padrões definidos pelo *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation* (Comitê Conjunto em Padrões para Avaliação Educacional) têm servido à orientação do exercício profissional na área de Avaliação de Programas relacionados aos mais diversos campos do conhecimento (CHIANCA, 2001).

Alguns dos benefícios obtidos com a publicação destes padrões são:

[O uso de] uma linguagem comum para facilitar a comunicação e colaboração num estudo avaliatório; [a enunciação de] um conjunto de regras gerais para lidar com um grande número de problemas específicos da avaliação; [a apresentação de] um quadro conceitual de referências com o qual estudar o mundo da avaliação [...]; [a explicitação de] um conjunto de definições operacionais para guiar a pesquisa e o desenvolvimento no processo da avaliação [...] (JOINT..., apud WORTHEN; SANDERS; FITZPATRICK, 2004, p. 596).

Considerando os benefícios citados, os padrões do *Joint Committee*, apresentados na versão de 2011, em cinco categorias - utilidade, exequibilidade, adequação, precisão e responsabilização - foram consultados para orientar e compor o processo de avaliação do Manual para a Entrada de Dados de Monografias na Base Minerva.

#### ➤ Seleção das categorias e dos padrões do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*

A análise textual, realizada a partir da leitura completa e seguida da descrição das categorias, foi o procedimento metodológico adotado para identificar as que

seriam consideradas na avaliação. Por meio dela, foi possível ter acesso ao conjunto das ideias expressas nas categorias e, desta forma, identificar os elementos básicos comunicados.

Em seguida, a análise temática propiciou o aprofundamento da leitura anterior, possibilitando compreender a mensagem global de cada uma dessas categorias. “A análise temática [é a que] procura ouvir o autor, apreender, sem intervir nele, o conteúdo da mensagem.” (SEVERINO, 2013, p. 56). Por ter envolvido reflexão sobre a visão geral das categorias, o procedimento permitiu reconhecer suas ideias centrais e afinidades com a presente avaliação.

Com base nestas duas metodologias de análise, a categoria utilidade foi incluída no estudo devido ao seu caráter fundamental. O princípio da utilidade preconiza que a avaliação responda às necessidades de informação dos indivíduos e instituições interessados no programa, propiciando melhores possibilidades de utilização dos resultados (CHIANCA, 2001).

As mesmas metodologias também confirmaram estreita relação entre as categorias adequação e precisão e os propósitos da avaliação. Em relação à primeira, evidenciaram que, entre outros atributos, ocupa-se do que é apropriado, correto e aceitável em processos avaliativos. E, em relação à segunda, que permite a observação da exatidão das representações, das proposições e dos resultados, principalmente os que fundamentam julgamentos sobre a qualidade de programas. Por não se mostrarem aplicáveis ao estudo, as categorias exequibilidade e responsabilização não foram a ele incorporadas.

Para a escolha dos padrões referentes às categorias selecionadas, seguiu-se o mesmo percurso metodológico anterior: procederam-se as análises textual e temática de seus textos, considerando o exposto na descrição, na justificativa e no esclarecimento do padrão.

➤ Adaptação dos padrões do *Joint Committee on Standards for Educational Evaluation*

Cada padrão passou por análise interpretativa dos seus conceitos. De acordo com Severino (2013, p. 59), “interpretar, em sentido restrito, é tomar uma posição própria a respeito das ideias enunciadas, é superar a estrita mensagem do texto, é ler nas entrelinhas, é forçar ao autor um diálogo [...] enfim, é dialogar com o autor”. Desta forma, pode-se estabelecer “uma aproximação e uma associação das ideias

expostas no texto com outras ideias semelhantes [...]” (SEVERINO, 2013, p. 60), a partir do conteúdo de cada padrão.

O percurso metodológico realizado para adaptação dos padrões resultou da interpretação textual realizada. Com isto, pode-se apoderar e ultrapassar as ideias contidas nas definições originais, refletir a respeito de conceitos subjacentes e verificar a relação existente entre as ideias expostas no texto e o objeto avaliado (SEVERINO, 2000 apud SANTOS, 2013). Em decorrência, o critério adotado para adaptação dos padrões derivou de reflexão da autora, propiciando a interpretação do conteúdo dos padrões selecionados frente ao conteúdo considerado próprio para a avaliação de um outro objeto (SANTOS, 2013), no caso, o Manual de Catalogação. Portanto, a interpretação textual dos padrões deu origem às adaptações.

O Quadro 2 mostra as três categorias consideradas na avaliação, os nove padrões do *Joint Committee* selecionados e os padrões adaptados seguidos de suas respectivas descrições.

A sua leitura evidencia que a avaliação tomou por base 11 padrões adaptados, sendo três de utilidade, três de adequação e cinco de precisão. Quatro dos padrões adaptados (clareza textual, suficiência de exemplos, validade das informações e abrangência das informações) resultaram de desdobramentos de padrões originais.

Os padrões adaptados nortearam a construção do instrumento utilizado na avaliação.

Quadro 2 – Categorias e padrões do *Joint Committee* selecionados com descrição, padrões adaptados e descrição

Categoria	Padrão Joint Committee	Descrição original	Padrão adaptado	Descrição no estudo
Utilidade	Atenção aos interessados	As avaliações devem dedicar atenção a todos os indivíduos e grupos envolvidos no programa ou por elas afetados.	Atenção aos catalogadores	O Manual destina-se a todos os catalogadores, independentemente de seu nível de conhecimento.
	Informação relevante	A informação obtida por meio da avaliação deve servir às necessidades identificadas e emergentes dos usuários.	Informação relevante	As informações do Manual são relevantes à catalogação.
	Produtos e processos significativos	As atividades, descrições, resultados e julgamentos resultantes da avaliação devem estimular seu uso.	Produtos e processos significativos	As informações do Manual quanto às orientações, exemplificação e planilhas auxiliam a execução das atividades do processamento técnico.
Adequação	Orientação responsiva e inclusiva	As avaliações devem ser responsivas aos <i>skateholders</i> e as suas comunidades.	Orientação à catalogação	As informações do Manual levam em conta as especificidades do acervo, as necessidades e a experiência profissional dos catalogadores.
	Clareza e equidade	As avaliações devem ser inteligíveis e justas, ao tratar dos propósitos e necessidades dos <i>stakeholders</i> .	Clareza textual	O Manual contém informações claras, sem ambiguidade de interpretação e de fácil compreensão.
			Suficiência de exemplos	O Manual contém informações acompanhadas de exemplos suficientes para orientar a execução das tarefas.

(Continuação)

(Conclusão)

Categoria	Padrão Joint Committee	Descrição original	Padrão adaptado	Descrição no estudo
Precisão	Informação válida	A informação da avaliação deve servir aos propósitos pretendidos e sustentar interpretações válidas.	Validade das informações	O Manual contém informações válidas para a execução das tarefas.
			Abrangência das informações	O Manual contém informações abrangentes, que cobrem os pontos envolvidos na execução das tarefas.
	Informação fidedigna	Os procedimentos da avaliação devem gerar informações suficientemente confiáveis e consistentes, de modo que sirvam aos usos pretendidos.	Informação fidedigna	As informações apresentadas no Manual são consistentes e confiáveis porque se baseiam nos instrumentos utilizados na catalogação (AACR2 e MARC 21).
	Gerenciamento das informações	A avaliação deve empregar métodos sistemáticos de coleta, revisão, verificação e armazenamento das informações.	Gerenciamento das informações	As informações do Manual são sistematicamente revisadas e atualizadas de acordo com o AACR2 e o MARC21.
	Comunicação e relatório	As comunicações da avaliação devem ter escopo adequado, evitando concepções errôneas, vieses, distorções e erros.	Ordenação e apresentação	A ordenação do Manual favorece a localização das informações com precisão e rapidez.

Fonte: A autora (2014)

### 3.4 CONSTRUÇÃO DA LISTA DE VERIFICAÇÃO

Listas de verificação são um tipo de instrumento que se presta à avaliação e à pesquisa quantitativa, e são amplamente utilizadas em vários campos do conhecimento, a exemplo do clínico, educacional, industrial e organizacional. Dentre as terminologias que a nomeiam estão lista de checagem, *checklist*, guias de verificação, guia para verificação, lista de controle, guia de classificação (informação verbal<sup>6</sup>).

Suas vantagens decorrem da facilidade de elaboração, da rápida aplicação, da objetividade do instrumento, sensibilidade e confiabilidade (AIKEN, 2003).

Entre as definições do instrumento, apresenta-se:

Lista de verificação, checagem ou controle refere-se a um instrumento de medida e avaliação, composto por palavras, frases ou declarações descritivas, que dizem respeito a aspectos, etapas ou dimensões de determinado objeto em apreciação, tendo em vista o seu contínuo acompanhamento e aprimoramento (informação verbal<sup>7</sup>).

No estudo, a lista foi elaborada em consonância com o objetivo estabelecido e construída a partir dos 11 padrões utilizados na avaliação. Deste modo, seus itens derivaram diretamente dos padrões. O Quadro 3 relaciona itens e padrões.

Quadro 3 - Relação entre padrões adaptados e itens da lista de verificação

Padrões de utilidade	Nº dos Itens
Atenção aos catalogadores	1
Informação relevante	2
Produtos e processos significativos	3, 4 e 5
Padrões de adequação	
Orientação à catalogação	6, 7 e 8
Clareza textual	9 e 10
Suficiência de exemplos	11
Padrões de precisão	
Validade das informações	12
Abrangência das informações	13
Informação fidedigna	14 e 15
Gerenciamento das informações	16 e 17
Ordenação e apresentação	18 e 19

Fonte: A autora (2014).

<sup>6</sup> Informação verbal concedida pela Profa. Lucí Hildenbrand, em 9 de dezembro de 2014, durante a atividade de orientação acadêmica.

<sup>7</sup> Id.

Outros critérios considerados, ainda, na elaboração dos itens atenderam as orientações de Sellitz, Wrightsman e Cook (1987), a saber: serem derivados de uma mesma matriz, no caso o quadro de critérios, serem exaustivos e mutuamente exclusivos. Nesta ocasião, cuidou-se também dos seguintes atributos de linguagem: clareza redacional, precisão, pertinência e adequação aos respondentes. Porque a literatura não determina um número ótimo de itens em listas de verificação, o estudo gerou um conjunto, considerado suficiente para cobrir o escopo da avaliação.

A escolha da lista de verificação deveu-se, especialmente, ao fato de permitir que sejam “feitas recomendações que apontem mudanças necessárias no objeto avaliado para que a sua qualidade seja melhorada.” (LEITE, 2012, p. 121).

Quanto ao modo de administração, é do tipo autoaplicado, isto é, autoadministrado, e constou de 19 itens com três opções de resposta - atende, atende parcialmente e não atende (APÊNDICE).

Em seguida, a lista de verificação passou por validação técnica e de conteúdo. A validade de conteúdo verifica se um instrumento “abrange uma gama de significados relacionados ao conceito ou constructo focalizado”, conforme preconizado por Elliot, Hildenbrand e Berenger (2012, p. 62). De outro lado, segundo Gresler (2004, p. 196), “a validade de conteúdo é a indicação da representatividade [...] de tópicos de um conhecimento a serem medidos em um instrumento”.

A validação de conteúdo decorreu do trabalho realizado por duas bibliotecárias catalogadoras, lotadas na UFRJ. Na ocasião, foi solicitado que verificassem se as questões da lista de verificação abarcavam os conteúdos mencionados nos objetivos do estudo e na questão avaliativa.

De acordo com Elliot, Hildenbrand e Berenger (2012, p. 62-63) a

Validade [técnica] se relaciona ao fato de o instrumento e suas questões apresentarem qualidade técnica de construção, obedecendo a regras demandadas pela literatura pertinente à área. [...] são especialistas em medidas ou avaliação que verificam se o instrumento possui características técnicas preconizadas e indicam as modificações necessárias [...].

No caso, essa validação derivou da apreciação de uma especialista em Avaliação, integrante do corpo docente do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação, da Fundação Cesgranrio. Na ocasião, solicitou-se que considerasse: a) a

congruência entre os padrões adaptados e os itens da lista de verificação; b) a clareza redacional dos itens de modo a favorecer a sua compreensibilidade; c) a suficiência do número de itens na resposta a cada padrão.

Junto aos dois tipos de validadores, buscou-se conhecer acerca da qualidade e da construção dos itens. Em relação ao primeiro dos aspectos, considerou-se que itens bem formulados são essenciais para um levantamento de dados exitoso e que itens inadequados tornam a lista de verificação sem valor. Em outros termos: enquanto os primeiros produzem respostas consoantes ao estudo, os últimos, por serem malfeitos podem não levar a lugar algum (VIEIRA, 2009).

No tocante à construção dos itens, pediu-se que observassem se cada afirmativa: era restrita apenas a um aspecto; era passível de ser compreendida pelo público respondente; produzia respostas variadas; evitava palavras sem significado exato; evitava palavras com significado duplo (VIEIRA, 2009).

As validadoras também apreciaram possíveis falhas na estrutura da lista de verificação, considerando aspectos que Gil (1999, p. 137-138) aponta como relevantes: “a) clareza e precisão de termos; b) forma [dos itens]; c) desmembramento [dos itens]; d) ordem [dos itens]; e e) características técnicas próprias à introdução [da lista de verificação]”.

A partir da validação técnica foram efetuadas duas modificações na lista de verificação: a) exclusão de três itens, pois excediam ao escopo do padrão e, sendo assim, não foram considerados pertinentes; b) deslocamento de dois itens de um padrão de precisão para outro de adequação, devido a sua especificidade.

Com base na validação de conteúdo foram alteradas as redações de dois itens, enquanto outros dois foram reformulados e reunidos em um único.

Em cada uma das validações, o instrumento passou por modificações, pois, tal como destacam Marconi e Lakatos (2010, p. 186): “verificadas as falhas, deve-se reformular o questionário [lista de verificação], conservando, modificando, ampliando ou eliminando itens; explicando melhor alguns ou modificando a redação de outros”.

Depois de processadas as modificações, julgadas pertinentes, obteve-se a versão final da lista de verificação (APÊNDICE).

Tal como orientam Goldenberg (1999), Marconi e Lakatos (2010), a lista de verificação foi acompanhada de carta de apresentação, quando se apresentou o objetivo e a importância do estudo, agradeceu-se a colaboração dos respondentes e garantiu-se a confidencialidade dos dados e o seu anonimato.



### 3.5 APLICAÇÃO DA LISTA DE VERIFICAÇÃO

Após a validação, passou-se à aplicação da lista junto ao público-alvo. O universo dos respondentes foi formado pelos bibliotecários catalogadores da UFRJ, responsáveis pelo tratamento técnico do acervo de monografias de suas bibliotecas. Estima-se que o número deles seja em torno de 120. Essa imprecisão justifica-se devido à departamentalização do setor de processamento técnico, por tipo de material bibliográfico.

A lista foi distribuída, inicialmente, por meio da Lista de Discussões do SiBI, que se constitui em canal de comunicação eletrônico entre as unidades de informação. Após o prazo de cinco dias estabelecido, apenas 10 catalogadores haviam remetido suas respostas, o que fez com que a avaliadora decidisse pelo envio de novo *e-mail*. Desta vez, a mensagem foi direcionada a cada biblioteca e, conforme o caso, endereçada à chefia da biblioteca, aos catalogadores representantes da unidade de informação junto à Divisão de Processos Técnicos/SiBI, ou a profissionais da rede de relações pessoais da autora. Desta forma, esses destinatários serviram de intermediários entre a avaliadora e os respondentes. Nessa comunicação, enfatizou-se, novamente, a importância da participação de todos os bibliotecários catalogadores, de forma que os resultados do estudo refletissem, com representatividade, a opinião da maioria dos profissionais envolvidos na atividade, assegurando o sucesso da avaliação.

No ato do recebimento dos instrumentos respondidos observou-se o seu correto preenchimento e, paralelamente, foram relacionados os *e-mails* dos respondentes, propiciando conhecer as bibliotecas participantes.

A Tabela 1, apresentada a seguir, sintetiza por centro acadêmico (à exceção da FUNEMAC) o quantitativo de bibliotecas, de bibliotecas participantes e de respondentes. Ressalta-se que, do número estimado de bibliotecários catalogadores, 50 responderam ao instrumento enviado e que são lotados em 25 bibliotecas, dentre as 43 da UFRJ.

A aplicação do instrumento ocorreu no período de 21 de outubro a 7 de novembro de 2014.

Tabela 1 – Número de bibliotecas, bibliotecas participantes e respondentes, por centro acadêmico

Centros Acadêmicos	Bibliotecas	Bibliotecas Participantes	Respondentes
CCJE	4	4	5
CCMN	8	5	6
CCS	14	7	12
CFCH	3	3	5
CLA	4	4	12
CT	5	3	3
FCC	4	2	6
FUNEMAC <sup>8</sup>	1	1	1
TOTAL	43	29	50

Fonte: A autora (2014).

### 3.6 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

A análise e a interpretação dos dados são etapas distintas, muito embora relacionadas entre si: integram a parte central da investigação e conduzem às respostas. Na sua eficácia, encontra-se o valor da avaliação.

Segundo Gresler (2004, p. 186), “Análise é a discussão, a argumentação e explicação nas quais o pesquisador [avaliador] se fundamenta para anunciar as proposições. É a tentativa de evidenciar as relações existentes entre o fenômeno estudado e outros fatores”.

A interpretação resulta da atividade intelectual na qual o autor “procura dar um significado mais amplo às respostas, vinculando-as a outros conhecimentos.” (MARCONI; LAKATOS, 2010, p. 152). Geralmente, expõe a ligação entre a análise dos dados obtidos, por meio do estudo, objetivos propostos e o próprio tema.

Os dados quantitativos foram representados em gráficos e tabelas, que possuem boa comunicação visual, favorecendo o rápido entendimento. Na avaliação, arbitrou-se o valor 35 como ponto de corte a partir do qual se assumiria atendimento do Manual ao padrão.

Para a análise qualitativa das considerações registradas pelos respondentes, na parte aberta da lista de verificação, adotou-se o mesmo procedimento

<sup>8</sup> A Fundação Educacional de Macaé (FUNEMAC) não pertence a nenhum centro acadêmico da UFRJ, pois é um projeto da Prefeitura de Macaé, em parceria com a UFRJ e a Universidade Federal Fluminense. Possui a Biblioteca Professor Aloísio Teixeira, coordenada pelo SiBI/UFRJ. Tem os serviços gerenciados pelo Aleph e os itens do seu acervo incluídos na Base Minerva.

metodológico descrito por Severino (2013), utilizado no estudo anteriormente: a análise textual seguida de análise temática e de análise interpretativa. A primeira foi obtida a partir da leitura dos textos, o que favoreceu a identificação dos elementos básicos comunicados. A análise temática, realizada em seguida, permitiu a identificação das ideias centrais e a sua categorização. De acordo com Richardson (2007, p. 243), essa análise “consiste em isolar temas de um texto e extrair as partes utilizáveis, de acordo com o problema pesquisado [avaliado] para permitir sua comparação com outros textos escolhidos da mesma maneira”. Finalmente, por meio da análise interpretativa pode-se, a partir das consonâncias e dissonâncias presentes nas falas dos catalogadores, reconhecer as lacunas do objeto que carecem de reparação.

## 4 RESULTADOS

Os resultados obtidos a partir desta avaliação estão organizados de acordo com os padrões de utilidade, adequação e precisão adaptados para o estudo. Mostram o julgamento do Manual para a Entrada de Dados de Monografias na Base Minerva por catalogadores, segundo três níveis: (A) atende, (AP) atende parcialmente e (NA) não atende. No estudo, o efetivo atendimento ao padrão depende do julgamento interjuízes atingir o ponto de corte estabelecido, 35. Esse valor, de um total de 50, se justifica pela importância do Manual para a orientação da atividade de processamento técnico dos dados de monografias na referida Base, nas bibliotecas da UFRJ.

Inicialmente os dados, exibidos em tabelas encontram-se discriminados por itens gerados a partir dos padrões de utilidade, adequação e precisão (Quadro 3) e indicam o número de catalogadores que expressou a opinião sobre o nível de atendimento ao padrão. A seguir, apresentam-se as considerações tecidas e a análise interpretativa.

### 4.1 JULGAMENTO DO MANUAL QUANTO À UTILIDADE

A Tabela 2 exibe como os catalogadores julgaram o Manual em relação aos padrões de utilidade utilizados no estudo.

Tabela 2 – Julgamento em relação aos padrões de utilidade

Padrões	Itens avaliados	Níveis de julgamento		
		A	AP	NA
Atenção aos catalogadores	1) O Manual atende a todos os catalogadores independentemente de seu nível de conhecimento em catalogação de monografias.	40	10	—
Informação relevante	2) O Manual contém informações indispensáveis para a catalogação de monografias.	49	1	—
Produtos e processos significativos	3) As orientações do Manual auxiliam a execução da tarefa de catalogação de monografias.	47	3	—
	4) Os exemplos do Manual facilitam o entendimento das orientações apresentadas.	36	14	—
	5) As planilhas, incluídas nos anexos, facilitam a realização dos procedimentos de catalogação a que se referem.	48	2	—

Fonte: A autora (2014).

Legenda: A=Atende, AP=Atende parcialmente, NA=Não atende.

A interpretação dos dados contidos na Tabela 2 permitem afirmar que, na opinião da maioria dos respondentes, o Manual atende aos padrões atenção aos catalogadores (item 1), informação relevante (item 2) e produtos e processos significativos (itens 3, 4 e 5). Com isto, mostram que as informações do Manual são úteis porque auxiliam ao catalogador independentemente de seu nível de conhecimento da atividade; são indispensáveis à execução das tarefas; facilitam a compreensão do conteúdo, a partir de exemplos.

Percebe-se, ainda, que parte dos respondentes, variando de 1 a 14, considerou que o Manual atende parcialmente aos padrões citados.

Ressalta-se, também, que não houve marcação do nível de julgamento não atende para qualquer um dos itens referentes à utilidade do Manual.

Em seguida, estão dispostas as considerações dos catalogadores quanto aos itens de utilidade, relativos ao nível de julgamento atende parcialmente.

O item 1 se refere ao atendimento do Manual considerando as necessidades informacionais do catalogador, independentemente de seu nível de conhecimento. Os profissionais (10, em 50) julgaram que o Manual atende parcialmente ao padrão atenção aos catalogadores. Algumas das justificativas são reproduzidas a seguir:

“Os menos experientes encontram dificuldades para entender alguns aspectos.”

“Em alguns campos, deveria haver mais explicações e maior quantidade de exemplos.”

“Quando a pessoa nunca catalogou é necessário um estudo dos campos, para seguir o Manual.”

“Acho que todos os catalogadores deveriam passar por treinamento.”

A análise evidencia que, em função da complexidade das informações do Manual, há certa dificuldade no entendimento das informações, ocasionada por pouca ou nenhuma experiência na atividade. Por outro lado, a complexidade dos campos requer maiores detalhamentos e exemplificações, o que pode favorecer a compreensão das informações por catalogadores menos experientes.

O item 2 ocupa-se do caráter indispensável das informações do Manual. Um único respondente julgou que o Manual atende parcialmente ao padrão informação relevante, entretanto não emitiu qualquer justificativa.

O item 3 diz respeito ao auxílio das orientações do Manual para a execução das tarefas de catalogação. Apenas três especialistas consideram atendimento

parcial do Manual ao padrão produtos e processos significativos. Suas justificativas são apresentadas:

“[...] poderia haver uma maior sinalização para o AACR2, pois nem todos sabem usá-lo bem, o que seria o ideal.”

“Para informações básicas, sim. Casos mais elaborados, como obras estrangeiras ou acompanhadas por material adicional (CDs, DVDs, mapas....), devem ser incluídos.”

“São necessárias algumas atualizações [...]”

Com base nessas opiniões identifica-se o interesse dos profissionais de que o Manual incorpore, de forma sistemática, a menção às regras do AACR2, de modo a facilitar a sua localização, por parte do catalogador. Há o entendimento de que se faça a atualização periódica das informações de maneira que sejam contemplados outros materiais, a exemplo dos que foram criados a partir das novas tecnologias.

O item 4 versa sobre a facilidade de entendimento das orientações do Manual, que é trazida pelos exemplos. Seguem algumas das observações expressas pelos respondentes (14, em 50), que declaram o atendimento parcial do Manual ao padrão produtos e processos significativos:

“Alguns campos precisam de exemplos mais específicos.”

“[...] poderiam ter mais exemplos de situações diferentes.”

“Em alguns casos, seria interessante ter mais exemplos.”

“Faltam exemplos mais específicos e variados para todos os tipos de suportes e situações.”

“Seria interessante a inclusão de exemplos mais variados.”

Em todos os comentários dos catalogadores evidencia-se a importância de as exemplificações do Manual serem ampliadas para favorecer a cobertura da maior diversidade de casos. Observa-se também a necessidade de os exemplos referirem-se a situações rotineiras e eventuais.

O item 5 relaciona-se ao grau de facilidade com que as planilhas servem à execução das tarefas de catalogação. Somente dois especialistas emitiram o julgamento de que o Manual atende parcialmente ao padrão produtos e processos significativos, declarando:

“Precisam ser mais detalhadas e [ter] mais exemplos.”

“Algumas precisam de alterações.”

A análise permite observar que detalhamentos só podem ser efetivados a partir do aumento do número de planilhas com exemplificações. Assim, ao abarcar uma maior diversidade de casos, o Manual estará possivelmente contribuindo para o esclarecimento das dúvidas do catalogador.

As alterações citadas pelo profissional dizem respeito à atualização das informações do Manual, que, de certo modo, já foram implementadas, na prática, por ocasião de reuniões da Divisão de Processamento Técnico ou por meio de mensagens eletrônicas, divulgadas na Lista de Discussões do SiBI, desde a sua última edição, em 2011.

#### 4.2 JULGAMENTO DO MANUAL QUANTO À ADEQUAÇÃO

A Tabela 3 expõe a maneira pela qual os respondentes julgaram o Manual quanto aos padrões de adequação considerados no estudo.

Tabela 3 – Julgamento em relação aos padrões de adequação

Padrões	Itens avaliados	Níveis de julgamento		
		A	AP	NA
Orientação à catalogação	6) As informações do Manual levam em conta as especificidades do acervo de monografias com o qual o catalogador atua.	30	20	–
	7) As informações do Manual levam em conta as possíveis necessidades dos catalogadores durante o desempenho das tarefas de catalogação.	34	16	–
	8) As informações do Manual consideram a diversidade da experiência profissional dos catalogadores.	36	13	1
Clareza textual	9) O Manual é redigido em linguagem clara e acessível.	50	–	–
	10) A linguagem utilizada no Manual facilita a compreensão das informações apresentadas.	50	–	–
Suficiência de exemplos	11) O Manual contém exemplos em quantidade satisfatória facilitando a compreensão das informações pelo catalogador.	18	32	–

Fonte: A autora (2014).

Legenda: A=Atende, AP=Atende parcialmente, NA=Não atende.

A Tabela 3 mostra que, na opinião unânime dos catalogadores, o Manual atende ao padrão clareza textual (itens 9 e 10) e atende em parte ao padrão orientação à catalogação (item 8). No tocante ao primeiro, cabe observar o

reconhecimento dos catalogadores quanto ao fato de o Manual adotar linguagem adequada e compreensível. E, em relação ao segundo, de levar em conta a diversidade da experiência técnica. No que diz respeito aos padrões orientação à catalogação (itens 6 e 7) e suficiência de exemplos, houve atendimento parcial (item 11).

Em seguida, estão dispostas as considerações dos catalogadores quanto aos itens de adequação, relativos aos níveis de julgamento atende parcialmente e não atende.

O item 6 refere-se ao fato de as informações do Manual considerarem a especificidade do acervo de monografias. Parte dos respondentes (20, em 50) julgou haver atendimento parcial do Manual ao padrão orientação à catalogação, declarando:

“Atualmente, estamos trabalhando com os livros eletrônicos; no entanto, faltam exemplos e informações mais específicas sobre esse material.”

“As informações precisam ser mais detalhadas e exemplificadas para cada tipo de suporte.”

“Não, se pensarmos na questão que tange os variados tipos de suportes.”

“Talvez fosse interessante [haver] mais exemplos de materiais especiais (CD, DVD etc.).”

“Pouca abordagem para as características especiais de acervos raros (uniformização das notas da análise bibliológica, que devem ser descritas na catalogação de obras raras e especiais).”

“Acredito que possa ser inserido, ao menos, um exemplo de catalogação de obra rara. Embora os campos sejam os mesmos do livro normal, acho razoável a inserção de um.”

Com base nesses comentários, nota-se a necessidade de se acrescentar instruções relativas não só aos materiais editados em suportes tecnológicos, como também àqueles especiais, a exemplo das obras raras. Cabe observar que tais recursos requerem descrições bibliográficas diversificadas e particularizadas, dadas as suas características técnicas.

O item 7 diz respeito às informações do Manual levarem em conta as possíveis necessidades dos catalogadores no desempenho da atividade. Parte das justificativas dos 16 catalogadores, que consideraram o atendimento parcial do Manual ao padrão orientação à catalogação, são apresentadas:



“Acredito que quando o catalogador necessite realizar uma catalogação mais completa, ele vai se sentir limitado, visto que os exemplos retratam somente os campos principais.”

“Não; faltam exemplos mais específicos.”

“Parcialmente. No caso de itens com um detalhamento maior, como é o caso de obras raras e especiais, não encontramos exemplos.”

“Alguns casos precisam de mais esclarecimentos.”

“Precisam ser mais detalhadas.”

“Com o uso, percebe-se que algumas necessidades não são atendidas.”  
“Faltam algumas informações.”

“Faltam as especificidades dos acervos.”

“Algumas vezes, tenho que buscar em outras fontes.”

“Para casos corriqueiros, sim.”

A análise destas declarações evidencia que, para desempenhar com sucesso as tarefas, o profissional se recorre ao Manual não conter informações mais específicas e diretamente relacionadas àquilo com que se ocupa. Além disso, os comentários enfatizam a importância de se incluir exemplificações diversificadas, englobando os diversos suportes informacionais.

O item 8 busca saber se as informações do Manual contemplam a diversidade da experiência profissional. Seguem considerações emitidas por parte dos 13 catalogadores, que julgaram atendimento parcial do Manual ao padrão orientação à catalogação:

“O catalogador recente vai sentir falta de esclarecimentos.”

“Quem chega há pouco tempo não acha todas as respostas; quem é antigo já conseguiu suas respostas por outro meio.”

“Quem nunca catalogou precisa de estudos anteriores para fazer bom uso do Manual.”

“Necessita ser mais detalhado.”

“Creio que poderiam ser dispostos mais exemplos, de forma a contemplar a experiência profissional dos catalogadores.”

“Na maioria sim, mas poderia incluir alguns acréscimos explicativos, por ex., para material especial.”

A análise realizada evidencia o interesse dos bibliotecários quanto ao tipo de informação que precisa: ser rica em exemplos; dirigida à realidade do trabalho;

indicar soluções para o aprofundamento da prática profissional; ter bom nível de detalhamento, de modo a atender às expectativas dos profissionais, com menor prática no processamento técnico ou há menos tempo na UFRJ.

Ainda quanto ao item 8, apenas um catalogador afirmou que o Manual não atende ao padrão, acrescentando que “catalogadores com menos experiência encontram dificuldades na interpretação do Manual”. Tal opinião corrobora a análise expressa anteriormente.

O item 11 relaciona-se à suficiência de exemplos para facilitar a compreensão das informações. O julgamento do Manual mostrou o atendimento parcial ao padrão suficiência de exemplos, emitido por parte dos 32 respondentes:

“Acredito que possa ser incluído exemplo de catalogação de obra rara e mais exemplos de analíticas de livros e de periódicos. Até mesmo de um livro que possua vários capítulos.”

“Se faz necessário acrescentar exemplos mais específicos.”

“Não tem exemplos dos campos 490 e 830 de coleção que tenha série.”

“Sugiro a inclusão de mais exemplos para cobrir a diversidade de casos.”

“Creio que poderiam ser dispostos mais exemplos.”

“É necessário maior quantidade de exemplos para que possamos articular em situações mais específicas.”

“Poderiam incluir exemplos com diferentes formas de número de chamada, incluindo volumes, edições etc.”

“Forma variante do título (246) só apresenta exemplos para os indicadores 1 e 3.”

“Seria interessante a inclusão de exemplos mais diversificados, principalmente nomes corporativos.”

Baseando-se nessas opiniões e sugestões, identifica-se o interesse dos profissionais de que o Manual amplie as exemplificações, de modo a abarcar diversos aspectos em diferentes áreas da catalogação. A exemplificação deve detalhar os casos com amplitude, privilegiando dúvidas suscitadas no desenrolar do processamento técnico no dia a dia.

### 4.3 JULGAMENTO DO MANUAL QUANTO À PRECISÃO

A Tabela 4 informa como os participantes julgaram o Manual frente aos padrões de precisão selecionados para o estudo.

Tabela 4 – Julgamento em relação aos padrões de precisão

Padrões	Itens avaliados	Níveis de julgamento		
		A	AP	NA
Validade das informações	12) As informações do Manual são válidas, isto é, dotadas de valor e importância para a execução da tarefa de catalogação de monografias.	49	1	–
Abrangência das informações	13) As informações do manual são abrangentes, isto é, cobrem os aspectos ou itens necessários ao esclarecimento de dúvidas durante o desempenho da tarefa de catalogação de monografias.	28	22	–
Informação fidedigna	14) As informações do manual estão de acordo com o AACR2.	49	1	–
	15) As informações do Manual estão de acordo com o MARC21.	48	2	–
Gerenciamento das informações	16) As informações do manual apresentam-se atualizadas frente às regras de catalogação do AACR2.	45	5	–
	17) As informações do manual apresentam-se atualizadas frente ao MARC21.	45	5	–
Ordenação e apresentação	18) A ordenação do manual segundo os campos MARC21 facilita a localização das informações com rapidez.	50	–	–
	19) 1A ordenação do Manual segundo os campos MARC21 facilita a localização das informações com precisão.	50	–	–

Fonte: A autora (2014).

Legenda: A=Atende, AP=Atende parcialmente, NA=Não atende.

A Tabela 4 permite afirmar que, na opinião dos catalogadores, o Manual atende aos padrões validade das informações (item 12), informação fidedigna (itens 14 e 15), gerenciamento das informações (itens 16 e 17) e ordenação e apresentação (itens 18 e 19), sendo este último atendido por unanimidade. Pode-se dizer que, segundo os catalogadores, as informações do Manual são precisas, apresentam-se atualizadas e em consonância com o AACR2 e o MARC 21. Além disto, a forma adotada para apresentação e ordenação do conteúdo favorece a localização das informações, com precisão e rapidez, auxiliando na execução das tarefas do processamento técnico.

Em seguida, estão dispostas as considerações dos catalogadores quanto aos itens de precisão, relativos ao nível de julgamento atende parcialmente.

O item 12 aborda o valor e a importância das informações do Manual para a execução da catalogação. Apenas um bibliotecário considerou o atendimento parcial do padrão validade das informações, sem justificá-lo.

O item 13 diz respeito à abrangência das informações do Manual. As considerações feitas por parte de quase metade dos especialistas, que julgaram haver atendimento parcial do padrão abrangência das informações, são as seguintes:

“O Manual é limitado sobre o esclarecimento de dúvidas. Nem todos os exemplos possuem aspectos para esclarecer as dúvidas.”

“Em alguns momentos, preciso consultar a AACR2 para tirar algumas dúvidas.”

“Faltam informações pertinentes em alguns casos.”

“Não. Às vezes, tenho que esclarecer minhas dúvidas em outras fontes.”

“São necessárias mais informações, para que o Manual seja abrangente.”

“[...] em alguns casos específicos, o uso de mais exemplos facilitaria.”

“Acredito que as informações sejam satisfatórias, porém acho válida a inserção de mais exemplos de situações que ainda não foram previstas no manual.”

“Sei que o Manual trata de monografias [...], mas faltam informações [ou outro] manual sobre materiais especiais. O acervo com esse tipo de material tem crescido e, é claro, que o AACR2 ajuda, mas seria interessante ter um manual nosso também.”

“Acho que tem algumas poucas lacunas em relação a diferentes tipos de documentos e suas especificidades.”

“É necessário maior abrangência para diferentes tipos de suportes e situações inusitadas.”

“Quase sempre. Mas como o universo da informação está em constante transformação, sugiro uma versão online, atualizada de forma mais periódica e pronta.”

A análise desses comentários mostra, com clareza, que o foco da preocupação profissional é a falta de exemplificações mais efetivas no Manual, referindo-se, inclusive, aos materiais especiais e suportes informacionais, como já citado em trechos desta análise.

O item 14 refere-se à apresentação das informações do Manual em consonância com o AACR2. Apenas um especialista julgou o atendimento parcial do padrão informação fidedigna, observando que “Se houver atualizações do referido Manual, que não está de acordo”.

Com base na opinião do catalogador, identifica-se que há necessidade de revisão do Manual, de modo a manter as regras do AACR2 atualizadas. Acredita-se que a observação feita diga respeito à inclusão de regras ainda não citadas na publicação, visto que as regras do AACR2 apresentadas estão de acordo com a última edição do código de catalogação.

O item 15 busca saber se as informações se apresentam de acordo com o MARC 21. Segundo dois respondentes, somente, houve atendimento parcial do Manual ao padrão informação fidedigna; em suas falas destacaram:

“Considero o MARC 21 bastante complexo. Portanto, acredito, por considerar o Manual em questão, resumido, necessidade de atualização periódica.”

“Se houver atualizações do referido Manual, que não está de acordo.”

A partir das declarações dos profissionais, reitera-se a importância de se proceder revisões frequentes do Manual, para garantir que as regras do MARC 21 se mantenham atualizadas. Com isso, poderão ser incluídos outros campos ainda não contemplados, bem como especificidades adotadas na UFRJ.

O item 16 versa sobre a atualização das informações quanto ao AACR2. Cinco respondentes consideraram que o padrão gerenciamento das informações foi atendido parcialmente pelo Manual. Apenas dois catalogadores emitiram comentários:

“[...] acredito, por considerar o Manual em questão, resumido, necessidade de atualização periódica.”

“Se houver atualizações dos referidos Manuais, que não estão de acordo.”

Identificam-se, nessas falas, pontos já tratados anteriormente: demanda por revisões do Manual e manutenção das regras do AACR2 atualizadas.

O item 17 refere-se à atualização das informações frente ao MARC 21. Cinco especialistas declararam que o Manual atende parcialmente o padrão gerenciamento das informações. Suas opiniões são apresentadas a seguir:

“Sugiro que seja atualizada a forma de preenchimento do campo 040 (BR-RJUF) [...]”

“[...] Manual recomenda o uso do campo 003; Campo 040 ainda indica o uso da sigla da biblioteca que criou o registro.”

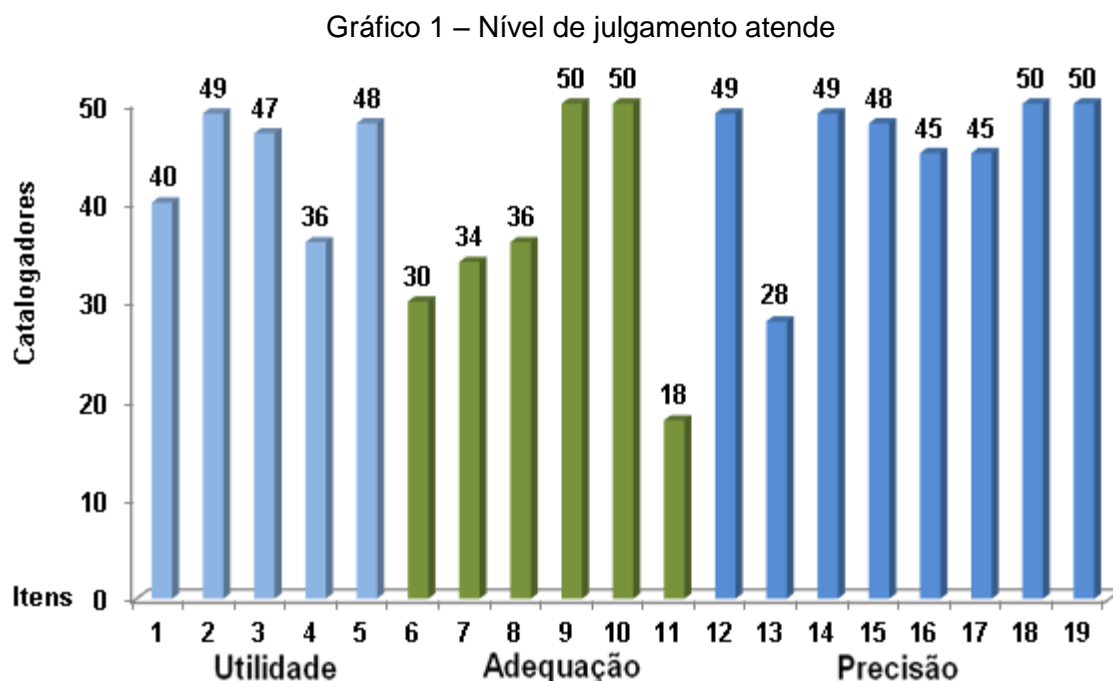
“Continuamos a utilizar o campo 003 - UFRJ? No Manual, no campo 040, devemos preencher a sigla da biblioteca ou BR-RJUF?”

“Se houver atualizações dos referidos manuais, que não estão de acordo.”

A análise aponta a demanda por atualização das informações do Manual, principalmente no tocante aos campos cujo uso ou passou por modificações no MARC 21 ou teve nova orientação institucional para o seu preenchimento. A notificação de dúvidas relativas à forma de proceder frente aos campos do Manual sugere necessidade de comunicação que favoreça o seu esclarecimento.

#### 4.4 RESUMO DO DESEMPENHO DOS ITENS QUANTO AO NÍVEL DE JULGAMENTO ATENDE

O Gráfico 1 mostra o desempenho dos 19 itens no atendimento aos padrões que foram considerados nesta avaliação, relativos ao nível de julgamento atende.



Fonte: A autora (2014).

Do total de 19 itens, constata-se que 15 deles atenderam aos padrões, pois alcançaram o nível mais alto de julgamento, acima do ponto de corte, 35. Os padrões atendidos foram cinco de utilidade, três de adequação e sete de precisão.

Desses, quatro itens alcançaram unanimidade de julgamento, sendo dois relativos a padrões de adequação (itens 9 e 10) e dois de precisão (itens 18 e 19). A quase totalidade dos especialistas considerou que o Manual atende a outros cinco itens: dois referentes a padrões de utilidade (itens 2 e 5) e três, de precisão (itens 12, 14 e 15).

Observa-se, também, que o melhor desempenho do Manual se refere a padrões de utilidade: todos foram atendidos. O segundo melhor desempenho ocorreu junto a itens relacionados a padrões de precisão: sete, entre oito, foram também atendidos. Nos itens referentes a padrões de adequação, o Manual atendeu apenas a metade deles.

#### 4.5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Esta seção inclui as conclusões e recomendações decorrentes do estudo que avaliou a qualidade técnica do Manual para a Entrada de Dados de Monografias na Base Minerva, considerando padrões de utilidade, adequação e precisão.

##### 4.5.1 Conclusões

As conclusões estabelecidas no estudo foram construídas em resposta à questão avaliativa “Em que medida o Manual para a Entrada de Dados de Monografias na Base Minerva atende aos padrões de utilidade, adequação e precisão?”.

Tendo em vista os resultados obtidos, conclui-se que o Manual é um instrumento útil, preciso e parcialmente adequado ao fim a que se destina: nortear as atividades de catalogação, favorecendo a padronização do processamento técnico nas bibliotecas da UFRJ.

A maior das fragilidades identificadas, por meio da avaliação, diz respeito aos exemplos constantes no Manual: ora apresentados em número insuficiente para aclarar as dúvidas, ora pouco abrangente para cobrir as especificidades da prática profissional.

O nível de detalhamento das informações do Manual constituiu-se em outro ponto frágil, pois nem sempre atende às expectativas dos catalogadores, em

especial daqueles que possuem pequena experiência na atividade ou que atuam com materiais especiais.

#### **4.5.2 Recomendações**

Embora a avaliação tenha mostrado que o Manual, dada as suas qualidades técnicas, cumpre a função de nortear as atividades de catalogação, cabe apresentar recomendações calcadas nos resultados do estudo:

- Analisar a exemplificação apresentada pelo Manual de modo a favorecer se a existente é adequada às finalidades ou funções a que se destina: facilitar o entendimento da comunicação técnica entre especialistas, contribuir para o esclarecimento de dúvidas e instrumentalizar o catalogador para a solução de problemas. Neste sentido, recomenda-se que o procedimento embase as reparações identificadas como necessárias.
- Converter as especificidades da prática profissional dos bibliotecários, em suas unidades de informação, no referencial que permitirá delimitar a abrangência das informações a serem tratadas pelo Manual. Para tal, sugere-se que a Divisão de Processos Técnicos do SiBI designe grupo de especialistas para proceder a esse levantamento.
- Atualizar o conteúdo do Manual, com frequência, para atender à demanda informacional dos catalogadores.
- Planejar e implementar processo participativo de revisão do Manual com os catalogadores de modo a garantir o aprimoramento do conteúdo e a coautoria.
- Planejar e oferecer, com periodicidade, treinamento dos catalogadores, visando otimizar o uso do Manual.
- Divulgar os instrumentos de apoio à catalogação, objetivando ampliar o uso efetivo.
- Fomentar a formação de grupos de estudo para discutir o processamento técnico na UFRJ, contribuindo para a contínua atualização dos instrumentos utilizados na Instituição.
- Utilizar ou adaptar a metodologia do presente estudo tendo em vista o desenvolvimento de manuais relacionados às atividades do processamento técnico.



## REFERÊNCIAS

- AIKEN, Lewis R. *Tests psicológicos y evaluación*. México: Pearson Educación, 2003.
- ALENCASTRO, Ricardo Bicca de et al. *Projeto de informatização das bibliotecas da UFRJ*. Rio de Janeiro: UFRJ; SiBI, 1996. 83 f.
- ALVES, Maria das Dores Rosa; SOUZA, Marcia Izabel Fugisawa. Dublin Core e MARC 21: um estudo de correspondência de elementos de metadados. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, João Pessoa, v. 2, n. 2, 2007. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/pbcib/article/view/7071>>. Acesso em: 07 abr. 2014.
- ALVES, Raquel Cristina Vesu; SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. *Metadados no domínio bibliográfico*. Rio de Janeiro: Intertexto, 2013. 196 p.
- ARCIE, William José. *Manual de instruções de trabalho: continuidade e clareza dos procedimentos, voltados para o setor administrativo da Secretaria Municipal da Educação de Colombo – PR*, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialista em Gestão Pública Municipal)-Universidade Federal do Paraná, 2011. 34 p. Disponível em: <<http://dspace.c3sl.ufpr.br/dspace/bitstream/handle/1884/33633/ARCIE,%20WILIAM%20JOSE.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 10 abr. 2014.
- BAPTISTA, Dulce Maria. A catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário. *Informação & Informação*, Londrina, v. 11, n. 1, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1700>>. Acesso em: 16 jun. 2013.
- \_\_\_\_\_. Perspectivas da catalogação como descrição bibliográfica e instrumento de recuperação da informação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 2007. 10 p.
- CAMPELO, Bernadete. *Introdução ao controle bibliográfico*. 2. ed. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2006.
- CARVALHO, Kátia de; REIS, Marivaldina Bulcão. Processamento técnico em perspectiva histórica: a organização do conhecimento na Biblioteca Pública Universitária do Estado da Bahia (UNEB). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 2007. [14] p.
- CHIANCA, Thomas. Avaliando programas sociais: conceitos, princípios e práticas. In: CHIANCA, Thomas; MARINO, Eduardo; SCHIESARI, Laura. *Desenvolvendo a cultura das organizações da sociedade civil*. São Paulo: Global Ed., 2001. p. 15-84.

CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed., rev. São Paulo: FEBAB; Imprensa Oficial do Estado, 2004. Tradução para a língua portuguesa sob a responsabilidade da FEBAB. (Preparado sob a direção do Joint Steering Committee for Revision of AACR).

CRUZ, Ana Maria da Costa; MENDES, Maria Tereza Reis. *A biblioteca: o técnico e suas tarefas*. Niterói: Intertexto, 2000.

\_\_\_\_\_. *Estrutura e apresentação de projetos e trabalhos acadêmicos, dissertações e teses* (NBR 14724/2005 e 15287/2006). Rio de Janeiro: Interciência; Niterói: Intertexto, 2007.

CUNHA, Murilo Bastos. A biblioteca universitária na encruzilhada. *DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 6, dez. 2010. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/dez10/F\\_I\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/dez10/F_I_art.htm)>. Acesso em: 16 jun. 2013.

\_\_\_\_\_. Construindo o futuro: a biblioteca universitária brasileira em 2010. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 29, n. 1, jan./abr. 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652000000100008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652000000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 16 jun. 2013.

CUNHA, Murilo Bastos; CAVALCANTI, Cordélia. *Dicionário de biblioteconomia e arquivologia*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DIAS, Maria do Rosário Imene. *Catalogação e qualidade: breve estudo*. Marília: Unesp, 1999. 53 p. (Publicações técnicas, n. 1).

ELLIOT, Ligia Gomes. Critérios de julgamento: chave para a avaliação da aprendizagem. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 27, p. 129-142, abr./jun. 2000.

ELLIOT, Ligia Gomes; HILDEBRAND, Luci; BERENGER, Mercêdes Moreira. Questionário. In: ELLIOT, Lígia G. (Org.). *Instrumentos de avaliação e pesquisa: caminhos para construção e validação*. Rio de Janeiro: Wak, 2012. p. 25-67.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3. ed. rev. e atual. Curitiba: Positivo, 2000.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. Aspectos evolutivos das bibliotecas universitárias em ambiente digital na perspectiva da rede de bibliotecas da UNESP. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 15, n. 2, p. 97-112, jul. 2005. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/33/1514>>. Acesso em: 7 set. 2014.

FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A representação documentária no processo de indexação com o modelo de leitura documentária para textos científicos e livros: uma abordagem cognitiva com protocolo verbal. *Ponto de Acesso*, Salvador, v. 7, n. 1, p. 42-66, abr. 2013. Disponível em:

<<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8135/5807>>.

Acesso em: 7 set. 2014.

GIL, Antonio C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais*. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 1999.

GRÁCIO, José Carlos Abbud. *Metadados para a descrição de recursos da internet: o padrão Dublin Core, aplicações e a questão da interoperabilidade*. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2002. Disponível em:

<[http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/gracio_jca_dr_mar.pdf)

[Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/gracio\\_jca\\_dr\\_mar.pdf](http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciadaInformacao/Dissertacoes/gracio_jca_dr_mar.pdf)>. Acesso em: 16 jun. 2013.

GRESLER, Lori Alice. *Introdução à pesquisa: projetos e relatórios*. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IGAMI, Mery P. Z.; NOZAKI, Priscila; KOBASHI, Nair Y. A gestão de qualidade em bases de dados científica. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22, 2007, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 2007. 12 p.

LANCASTER, Frederick W. Ameaça ou oportunidade?: o futuro dos serviços de biblioteca à luz das inovações tecnológicas. *Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG*, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 7-27, jan./jun. 1994. Disponível em:

<<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/reb/>>. Acesso em: 22 set. 2014.

LEITE, Lígia Silva. Lista de verificação. In: ELLIOT, Ligia Gomes (Org.).

*Instrumentos de avaliação e pesquisa: caminhos para construção e validação*. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2012.

MACHADO, Elisa Campos; HELDE, Rosangela Rocha Von; COUTO, Sabrina Dias. Catalogação: da teoria à prática. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22., 2007, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 2007. [8] p.

MARC 21: formato condensado para dados bibliográficos. Marília: UNESP, 2000. 2 v. (Tradução e adaptação de MARC 21: concise format for bibliographic data, Network Development and MARC Standards Office. USA: Library of Congress, por Margarida M. Ferreira).

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de metodologia científica*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010. p. 184-197.

MEDEIROS, Nilcéia Lage; MEIRELLES, Anthero de Moraes; JEUNON, Ester Eliane. A gestão estratégica nos departamentos de tratamento técnico a partir da visão de Porter e de Prahalad e Hamel: fator de competitividade e sobrevivência das unidades de informação. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 18, n. 1, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.ies.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/1261>>. Acesso em: 5 set. 2014.

MEDEIROS, Ridelci. Educação continuada como parte da formação do profissional bibliotecário: uma ação estruturante. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, Nova Série, São Paulo, v. 2, n. 1, p. 105-114, jan./jun. 2006. Disponível em: <<http://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/5/24>>. Acesso em: 14 set. 2014.

MELAÇO, Leda Maria Louzada. Formato IBICT: formato de intercâmbio bibliográfico e catalográfico. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO, 14., 1987, Recife. *Anais...* Recife: Associação Profissional de Bibliotecários de Pernambuco, 1987. p. 139-151.

MEY, Eliane Serrão Alves. *Introdução à catalogação*. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 1995. 123 p.

MODESTO, Fernando. *O acervo da biblioteca está redondo, deixe-o em forma com o MARC*. [São Paulo], 2007. Disponível em: <<http://www.ofaj.com.br/colunasconteudo.php?cod=294>>. Acesso em: 2 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. Panorama da catalogação no Brasil: da década de 1930 aos primeiros anos do século XXI. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA E DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 22, 2007, Brasília, DF. *Anais...* Brasília, DF: Associação de Bibliotecários do Distrito Federal, 2007b. 19 p.

MORENO, Fernanda Passini. *Requisitos funcionais para o registro bibliográfico – FRBR: um estudo no catálogo da Rede Bibliodata*. 2006. 199 f. (Mestrado em Ciência da Informação)-Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Departamento de Ciência da Informação e Documentação, Universidade de Brasília, 2006. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/2565>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

MORIGI, Vadir José; PAVAN, Cleusa. Tecnologias da informação e comunicação: novas sociabilidades nas bibliotecas universitárias. *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 33, n. 1, p. 117-125, jan./abr. 2004. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-19652004000100014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652004000100014&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt)>. Acesso em: 22 set. 2014.

OKADA, Susana Yuri; ORTEGA, Cristina Dotta. Análise da recuperação da informação em catálogo on-line de biblioteca universitária. *Informação & Informação*, Londrina, v. 14, n.1, p.18-35, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1854/3011>>. Acesso em: 7 abr. 2014.

OLIVEIRA, Zita Prates de et al. Gerência de registros duplos em base de dados bibliográfica. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16., 2010, Rio de Janeiro, RJ. *Anais ...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 1 Pendrive.

OLIVIER, Chris. *Introdução à RDA: um guia básico*. Brasília, DF: Briquet de Lemos/livros, 2011. 153 p.

RIBEIRO, Antonia Motta de Castro Memória. *Catálogo de recursos bibliográficos: AACR2R em MARC21*. 4. ed. Brasília: Ed. do Autor, 2009.

RICHARDSON, Roberto Jarry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

SÁ, Maria Irene da Fonseca e; MELLO, Paula Maria Abranches Cotta de. O uso da Base Minerva no desenvolvimento da gestão da informação para o conhecimento na UFRJ. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13., 2004, Natal, RN. *Anais...* Natal: UFRN, 2004. 1 CD-ROM.

SANTOS, Angela Sikorski. O desenvolvimento de competências dos bibliotecários e a implantação de tecnologias da informação em bibliotecas universitárias. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 13., 2004, Natal, RN. *Anais...* Natal, RN: UFRN, 2004. 1 CD-ROM.

SANTOS, Arlete Francisca dos. *Planejamento familiar para adolescentes: avaliação de campanha oficial*. 2012. 78 f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Mestrado Profissional em Avaliação, Fundação Cesgranrio, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://mestrado.cesgranrio.org.br/pdf/dissertacoes2010/16%20Janeiro%202012%20Dissertacao%20Arlete%20Francisca%20Turma%202010.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2014.

SANTOS, Erika Alves dos. Catalogação cooperativa: propósitos, vantagens e desvantagens. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 21., 2005, Curitiba, PR. *Anais...* Curitiba: Associação Bibliotecária do Paraná, 2005. 12 p.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CORRÊA, Rosa Maria Rodrigues. *Catálogo: trajetória para um código internacional*. Niterói: Intertexto, 2009. 80 p.

SANTOS, Renata Ferreira et al. Rotinas ao alcance de todos: a criação do manual de processamento técnico na Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE BIBLIOTECONOMIA, DOCUMENTAÇÃO E CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 25., 2013, Florianópolis, SC. Anais. Florianópolis: FEBAB, 2013. 11 p. Disponível em: <<http://portal.febab.org.br/anais/article/view/941/941>>. Acesso em: 31 ago. 2013.

SELLTIZ, Claire; WRIGHTSMAN, Lawrence S.; COOK, Stuart W. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. 2. ed. São Paulo: EPU, 1987. 3 v.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. 8. reimpr. São Paulo: Cortez, 2013. 304 p.

SILVA, Edna Lúcia da; LOPES, Marili Isensee. A internet, a mediação e a desintermediação da informação. *Datagramazero: Revista de Ciência da Informação*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.dgz.org.br/abr11/F\\_I\\_art.htm](http://www.dgz.org.br/abr11/F_I_art.htm)>. Acesso em: 14 set. 2014.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de. Os desafios da catalogação compartilhada: um estudo do OPAC Argonauta UFF. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13, 2012, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: ENANCIB, 2012. Disponível em: <<http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/bitstream/handle/123456789/591/25.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 12 maio 2014.

SOUZA FILHO, Maria das Graças Freitas. *Fatores intervenientes na absorção da tecnologia da informação em seus aspectos e componentes de automação de bibliotecas: a padronização e a normalização do tratamento técnico*. 1992. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Sistema de Bibliotecas e Informação. *Manual para a entrada de dados de monografias na Base Minerva*. 2. ed. rev. atual. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://moodle.sibi.ufrj.br/mod/resource/view.php?id=25>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. *Manual para a entrada de dados de periódicos na Base Minerva*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <<http://moodle.sibi.ufrj.br/mod/resource/view.php?id=26>>. Acesso em: 7 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. *O SiBI*. Rio de Janeiro, [2013?]. Disponível em: <<http://www.sibi.ufrj.br/sobre-o-sibi.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2013.

VIEIRA, Sonia. *Como elaborar questionários*. São Paulo: Atlas, 2009. 159 p.

VOSGRAU, Sonia Regia Caselhas et al. Manual de catalogação do SBU/UNICAMP: uma ferramenta para gestão da qualidade. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS, 16, 2010, Rio de Janeiro. *Anais ...* Rio de Janeiro: UFRJ, 2010. 1 Pendrive.

WALTER, Maria Tereza Machado Teles; EIRÃO, Tiago Gomes; REIS, Luciana Araujo. *Regulamentos, orçamentos, etcétera*: miniguia. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2010. 62 p.

WORTHEN, Blaine R.; SANDERS, James R.; FITZPATRICK, Jody L. *Avaliação de programas*: concepções e práticas. São Paulo: Ed. Gente, 2004. 730 p.

## APÊNDICE



## **APÊNDICE A – Lista de verificação utilizada para coleta de dados**

Caro(a) colega catalogador(a),

Como aluna do Curso de Mestrado Profissional em Avaliação da Fundação Cesgranrio, estou desenvolvendo um estudo que tem como objetivo a avaliação do Manual de Entrada de Dados de Monografias na Base Minerva. Para coletar os dados, elaborei a lista de verificação em anexo que precisa ser respondida por profissionais envolvidos com o processamento técnico de monografias das Bibliotecas da UFRJ.

Assim sendo, solicito que você responda as perguntas da forma mais sincera e completa possível, conforme as instruções nela fornecidas. Sua participação é fundamental para a reformulação do Manual visando o seu aprimoramento.

Ao longo da lista de verificação há espaços para suas considerações caso julgue-as necessárias.

Espero no intervalo de 5 dias, dispor da sua contribuição para que possa dar continuidade ao estudo avaliativo.

Caso tenha alguma dúvida, utilize para contato os telefones: 3938-1765 ou 3938-1930 (Biblioteca do IPPUR) ou o e-mail [luiza@ippur.ufrj.br](mailto:luiza@ippur.ufrj.br).

Desde já agradeço sua valiosa cooperação,

Maria Luiza Jardim

## LISTA DE VERIFICAÇÃO PARA AVALIAÇÃO DO MANUAL PARA A ENTRADA DE DADOS DE MONOGRAFIAS NA BASE MINERVA

### Instruções:

- Leia atentamente o enunciado de cada item;
- Assinale a quadrícula que corresponde ao seu julgamento, considerando a seguinte legenda:

**A** – Atende

**AP** – Atende parcialmente

**NA** – Não atende

- Em caso de escolha das opções AP ou NA, registre suas considerações.

ENUNCIADOS	A	AP	NA	CONSIDERAÇÕES
1) O Manual atende a todos os catalogadores independentemente de seu nível de conhecimento em catalogação de monografias.				
2) O Manual contém informações indispensáveis para a catalogação de monografias.				
3) As orientações do Manual auxiliam a execução da tarefa de catalogação de monografias.				
4) Os exemplos do Manual facilitam o entendimento das orientações apresentadas.				
5) As planilhas, incluídas nos anexos, facilitam a realização dos procedimentos de catalogação a que se referem.				
6) As informações do Manual levam em conta as especificidades do acervo de monografias com o qual o catalogador atua.				
7) As informações do Manual levam em conta as possíveis necessidades dos catalogadores durante o desempenho das tarefas de catalogação.				
8) As informações do Manual consideram a diversidade da experiência profissional dos catalogadores.				
9) O Manual é redigido em linguagem clara e acessível.				
10) A linguagem utilizada pelo Manual facilita a compreensão das informações apresentadas				
11) O Manual contém exemplos em quantidade satisfatória facilitando a compreensão das informações pelo catalogador.				
12) As informações do Manual são válidas, isto é, dotadas de valor e importância para a execução da tarefa de catalogação de monografias.				

(Continuação)  
(Conclusão)

ENUNCIADOS	A	AP	NA	CONSIDERAÇÕES
13) As informações do Manual são abrangentes, isto é, cobrem os aspectos ou itens necessários ao esclarecimento de dúvidas durante o desempenho da tarefa de catalogação de monografias.				
14) As informações do Manual estão de acordo com o AACR2.				
15) As informações do Manual estão de acordo com o MARC 21.				
16) As informações do Manual apresentam-se atualizadas frente às regras de catalogação do AACR2.				
17) As informações do Manual apresentam-se atualizadas frente ao MARC 21.				
18) A ordenação do Manual segundo os campos MARC 21 facilita a localização das informações com rapidez.				
19) A ordenação do Manual segundo os campos MARC 21 facilita a localização das informações com precisão.				